

# RELATÓRIO DE GESTÃO



# 2019



**VENHA  
PARA O  
SICOOB  
COOPJUS**

**AQUI VOCÊ É  
DONO E  
PARTICIPA  
DOS  
RESULTADOS.**

O relatório anual do  
Sicoob Coopjus  
apresenta os  
resultados de 2019.

# ÍNDICE

Mensagem da Presidente do Conselho de Administração .....	05
Sobre o Sicoob Coopjus .....	07
Missão, Visão e Valores .....	09
Atendimento Sicoob Coopjus .....	11
Orientação Financeira .....	14
Balço Desenvolvimento de Pessoas .....	17
Eventos .....	21
Prestação de Contas .....	29
Relatório da Administração .....	37
Demonstrações Contábeis .....	45
Notas Explicativas .....	53
Relatório da Auditoria .....	73
Parecer do Conselho Fiscal .....	79

## MENSAGEM DA PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O fechamento anual do balanço financeiro da nossa cooperativa é uma grande oportunidade para rever as lições aprendidas, as realizações e os pontos de melhorias. É também um período de estabelecer novos objetivos focados no desenvolvimento sustentável do Sicoob Coopjus. Os resultados alcançados ao longo desses 32 anos demonstraram que é possível ir mais longe. O desafio é grande, por isso, é necessário consolidar o nosso espaço de referência do cooperativismo de crédito, que não se limita a prestação de serviços e produtos financeiros, mas também em um espaço para oportunidades reais de transformação social.

Durante o primeiro semestre de 2020 vivenciamos a pandemia da Covid-19 que nos forçou a alterar a nossa rota frente à crise. Elaboramos o nosso Planejamento Estratégico por meio de processos participativos com a contribuição da equipe, diretoria e dos conselhos de administração e fiscal, construímos um novo plano estratégico que orientará nossas atividades no período de 2020-2025.

Um fator central consiste em entender o novo contexto socioeconômico do Brasil pós-coronavírus. Para citar exemplos, vemos com preocupação o impacto da pandemia na economia mundial que poderá sofrer anos para se recuperar. O choque econômico já é maior do que a crise financeira de 2008 ou a de 2001, após os ataques de 11 de setembro daquele ano. Estudos preveem que quase todas as grandes economias do mundo entrarão, nos próximos anos, em recessão. E aqui, não será diferente, a economia brasileira será profundamente afetada por essa conjuntura crítica decorrente da COVID-19 no país.

Desta forma, no processo de planejamento estratégico, fizemos, também, ajustes e reiventamos nossa forma de desenvolver os nossos processos nas áreas de negócios e administrativa. Para os próximos anos, pretendemos continuar inovando para contribuir para os dois grandes desafios que se apresentam: crescer com sustentabilidade, aumentando o número de cooperados, inclusive do público jovem, e aumentar a participação dos cooperados nos nossos produtos e serviços.

O ano de 2019 foi um ano de mudanças importantes que colocaram à prova a capacidade adaptativa da Cooperativa, mediante o entendimento das mudanças macroeconômicas e da renovação dos nossos processos internos. Os próximos anos serão ainda mais desafiadores para todos nós, temos a certeza que iremos implementar com maestria o nosso plano estratégico 2020-2025 com a colaboração de todos e não tenho dúvida de que alcançaremos nossos objetivos para o crescimento sustentável do Sicoob Coopjus.

Gostaria de concluir reconhecendo e agradecendo a todos nossos colaboradores, diretoria executiva e conselhos de administração e fiscal pelo excelente trabalho realizado em 2019. Temos o privilégio de contar com uma equipe comprometida e capacitada. Desta forma, juntos, continuaremos aumentando a capacidade e a relevância de nossa cooperativa, mesmo em cenários de incertezas. Agradeço também aos nossos cooperados, que são a nossa razão de existir, e com os quais compartilhamos valores e a visão que nos mobilizam para um futuro cada vez melhor.

Por fim, submetemos à apreciação de vocês o Relatório Gestão do exercício findo em 31/12/2019 da Cooperativa. Gostaria de dizer a vocês que estar como diretora-presidente da Cooperativa é uma grande alegria e honra, percebo o desafio com humildade e paixão, para continuar sempre contribuindo para um futuro diferente e promissor ao Sicoob Coopjus.

**O meu cordial abraço a todos!**

**Regina Teixeira Miranda Dinelli**  
Presidente do Conselho de Administração



# SOBRE O SICOOB COOPJUS



**O Sicoob Coopjus é composto por integrantes dos Órgãos e Entidades do Poder Judiciário, das Funções Essenciais à Justiça, do Poder Executivo e do Poder Legislativo, todos da União, bem como da administração pública federal direta, indireta e fundacional localizadas no Estado de Minas Gerais.**

## **PODEM SE ASSOCIAR:**

- Todas as pessoas naturais que preencham as condições estabelecidas no estatuto;
- Os aposentados que, quando em atividade, preencham as condições estatutárias de associação;
- Os pensionistas de associados vivos ou falecidos, e os pensionistas de falecidos, cujos instituidores de pensão preencham as condições estatutárias de associação;
- O cônjuge ou companheiro, o dependente legal, o viúvo e os parentes de associados por consanguinidade ou afinidade, em linha reta, colateral, até o 4º grau;
- Os empregados da própria Cooperativa e as pessoas físicas que a ela prestam serviços em caráter não eventual, equiparados aos primeiros para os correspondentes efeitos legais;

- Os empregados das entidades associadas à Cooperativa e daquelas de cujo capital a Cooperativa participe direta ou indiretamente, bem como as pessoas físicas prestadoras de serviços em caráter não eventual a essas entidades;
- Os servidores ou empregados públicos cedidos de órgãos ou entidades da Administração Pública Federal, Estadual ou Municipal, aos órgãos especificados na composição do quadro social da Cooperativa;
- Os servidores ocupantes de cargo em comissão, não integrantes do quadro de pessoal dos órgãos previstos no campo de ação da Cooperativa;
- Os empregados públicos dos órgãos previstos no campo de ação da Cooperativa;
- As pessoas jurídicas sem fins lucrativos, as pessoas jurídicas controladas pelos associados pessoas físicas, e seus respectivos empregados, sócios e proprietários;
- As pessoas jurídicas que prestam serviços à Cooperativa em caráter não eventual e seus respectivos empregados, sócios e proprietários, equiparados aos empregados da Cooperativa para os correspondentes efeitos legais;
- Os empregados que prestam serviços aos associados, desde que o vínculo empregatício esteja legalmente anotado em sua CTPS;
- Os servidores que tenham sido cedidos a outro órgão público, e os associados que perderam o vínculo comum que lhes facultou ingressar na Cooperativa, desde que se comprometam a integralizar as quotas partes para aumento contínuo do capital social e a cumprir os demais requisitos de permanência como associado.



# MISSÃO

GERAR SOLUÇÕES FINANCEIRAS ADEQUADAS E SUSTENTÁVEIS, POR MEIO DO COOPERATIVISMO, AOS ASSOCIADOS E ÀS SUAS COMUNIDADES.

# VISÃO

SER A PRINCIPAL INSTITUIÇÃO FINANCEIRA PROPULSORA DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL DOS ASSOCIADOS.

# VALORES

TRANSPARÊNCIA; COMPROMETIMENTO;  
RESPEITO ; ÉTICA; SOLIDARIEDADE;  
RESPONSABILIDADE; PRESERVAÇÃO DA  
NATUREZA COOPERATIVA DO NEGÓCIO



# ATENDIMENTO SICOOB COOPJUS

## Posto de Atendimento Matriz

Av. Getúlio Vargas, 258, sala 1002  
Segunda a sexta-feira, de 9h às 17h (atendimento) | de 10h às 16h (caixa).

## Posto de Atendimento - Barro Preto

Av. Augusto de Lima, 1.126 - 10º andar  
Segunda a sexta-feira, de 9h às 17h (atendimento) | de 10h às 16h (caixa).

## Espaço Cooperativo - TRE

Av. Prudente de Moraes, 320  
Segunda a sexta-feira, de 9h às 17h.

## Espaço Cooperativo - Justiça Federal

Av. Álvares Cabral, 1.741, Lourdes.  
Segunda a sexta-feira, de 9h às 17h.

## ATENDIMENTO TELEFÔNICO

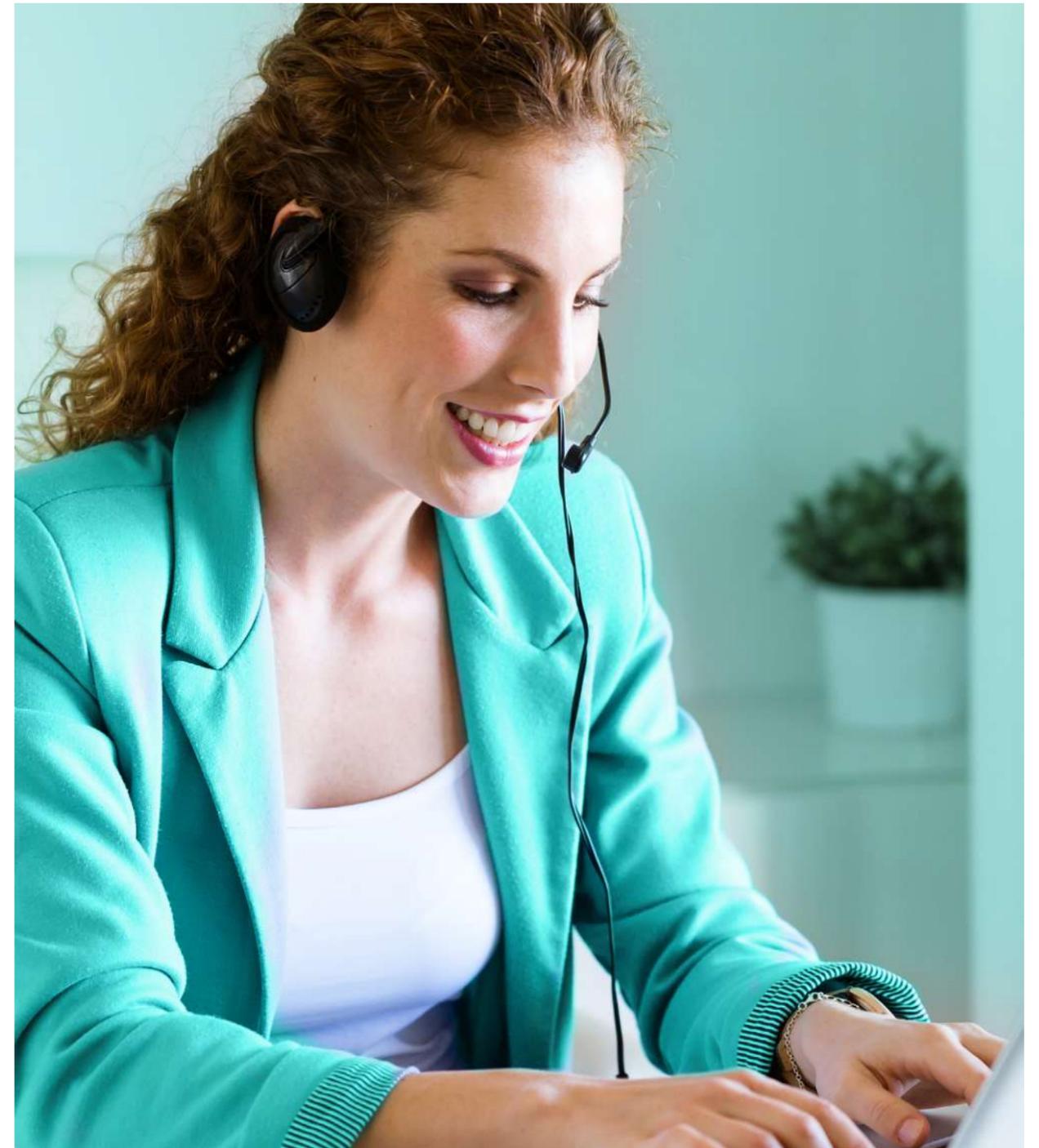
(Segunda a sexta-feira, de 9h às 17h)  
Grande BH: (31) 2129-8585  
Demais Localidades: 0800-701-0717  
WhatsApp: (31) 99764-9282

## CANAIS NA INTERNET:

Site: [www.sicoobcoopjus.com.br](http://www.sicoobcoopjus.com.br)  
Facebook.com/SicoobCoopjus  
LinkedIn.com/sicoobcoopjus  
Instagram: @sicoobcoopjus  
Twitter: @SicoobCoopjus

## CAIXAS ELETRÔNICOS

Av. Álvares Cabral, 1741 – 2º andar – Justiça Federal  
Av. Getúlio Vargas, 258 – Sala 1002  
Av. Avenida Augusto de Lima, 1126 - 10º andar  
Av. Prudente de Moraes, 320 - Cidade Jardim - TRE





# ORIENTAÇÃO FINANCEIRA

## Princípios do Cooperativismo:

**5º Educação, formação e informação / 7º Interesse pela comunidade**

Com o objetivo de orientar os cooperados no planejamento e administração das finanças pessoais, o Sicoob Coopjus oferece consultorias financeiras ministradas pela consultora Ana Carolina Gomes. Assim, o cooperado pode realizar até 3 consultorias durante o ano nas dependências da Cooperativa ou em atendimento online.

## Consultorias financeiras realizadas em 2019

Quantidade de associados atendidos	59
Consultoria sobre investimentos	33
Consultorias sobre controle de orçamento	11
Controle sobre dívidas	13
Consultorias Financeiras online	8



**O COOPERATIVISMO  
GANHA FORÇAS  
QUANDO EXISTE  
A UNIÃO**

# BALANÇO DESENVOLVIMENTO DE PESSOAS

## 51 FUNCIONÁRIOS

33 Mulheres / 18 Homens

27 Graduados e 14 Pós-graduados

## CURSOS E TREINAMENTOS PARA FUNCIONÁRIOS

5º Princípio do Cooperativismo: Educação, formação e informação

### 1.752 HORAS DE DESENVOLVIMENTO

121 Eventos presenciais (eventos internos e externos) + 108 Cursos na

Plataforma Universidade Sicoob

64 Participantes

## CONSELHEIROS E DIRIGENTES DO SICOOB COOPJUS CONQUISTAM CERTIFICAÇÃO

As normas sobre o Cooperativismo de Crédito Brasileiro têm apresentado evolução constante e significativa. Isso ocorreu não apenas para atender aos anseios do segmento, mas também pelo entendimento governamental de que as características desse segmento deveriam vir ao encontro de seu propósito que é, primordialmente, o de tornar acessíveis à população, principalmente aquelas de baixa renda, serviços financeiros tradicionais, além de propiciar saudável competição no sistema financeiro nacional.

Atentos ao novo cenário o Sicoob Confederação em parceria com a Fundação Getúlio Vargas – FGV criou a certificação de dirigentes, que tem como objetivo promover o reconhecimento do sistema de governança do Sicoob, agregando valor institucional e validando, o conhecimento e a experiência dos conselheiros e diretores.

Buscando cotidianamente construir uma governança sustentável e melhorar os processos do Sicoob Coopjus em 2019 a Conselheira Fiscal Cláudia Diniz, as diretoras Regina Dinelli, Fernanda Freitas e Suzan Junqueira foram certificadas no exame que aborda temas referentes à Governança, ao

Cooperativismo, à Riscos, ao Planejamento Estratégico e à Contabilidade. É uma maneira do candidato atestar suas competências específicas e agregar valor institucional validando, de forma legitimada, seu conhecimento. O Conselheiro de Administração Frederico Jabbur, teve sua certificação adquirida em 2018.

## CERTIFICAÇÕES AMBIMA - Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais.

Estabelece princípios e padrões de conduta a serem observados pelos profissionais certificados no desempenho das atividades de prospecção ou venda de produtos de investimento.

CPA-10 é destinada aos profissionais que atuam na distribuição de produtos de investimento em instituições financeiras ou plataformas de atendimento. CPA-20 é destinada aos profissionais que atuam na distribuição de produtos de investimento para clientes dos segmentos varejo alta renda, private, corporate e investidores institucionais em instituições financeiras ou em plataformas de atendimento.

Atualmente:

05 colaboradores da área comercial do Sicoob Coopjus possuem certificação CPA 10

09 colaboradores da área comercial do Sicoob Coopjus possuem certificação CPA 20

82% da equipe comercial do Sicoob Coopjus possui certificação ANBIMA CPA 10 ou CPA 20.

O Sicoob Coopjus estimula a constante capacitação de seus colaboradores para que os objetivos propostos sejam alcançados de modo eficiente.

## PROGRAMA DE GESTÃO DE DESEMPENHO - PGD

O Programa de Gestão de Desempenho foi implementado no Sicoob Coopjus em agosto de 2019 e tem como objetivos:

- ° **Desenvolver o colaborador com foco em resultados;**
- ° **Potencializar as competências;**

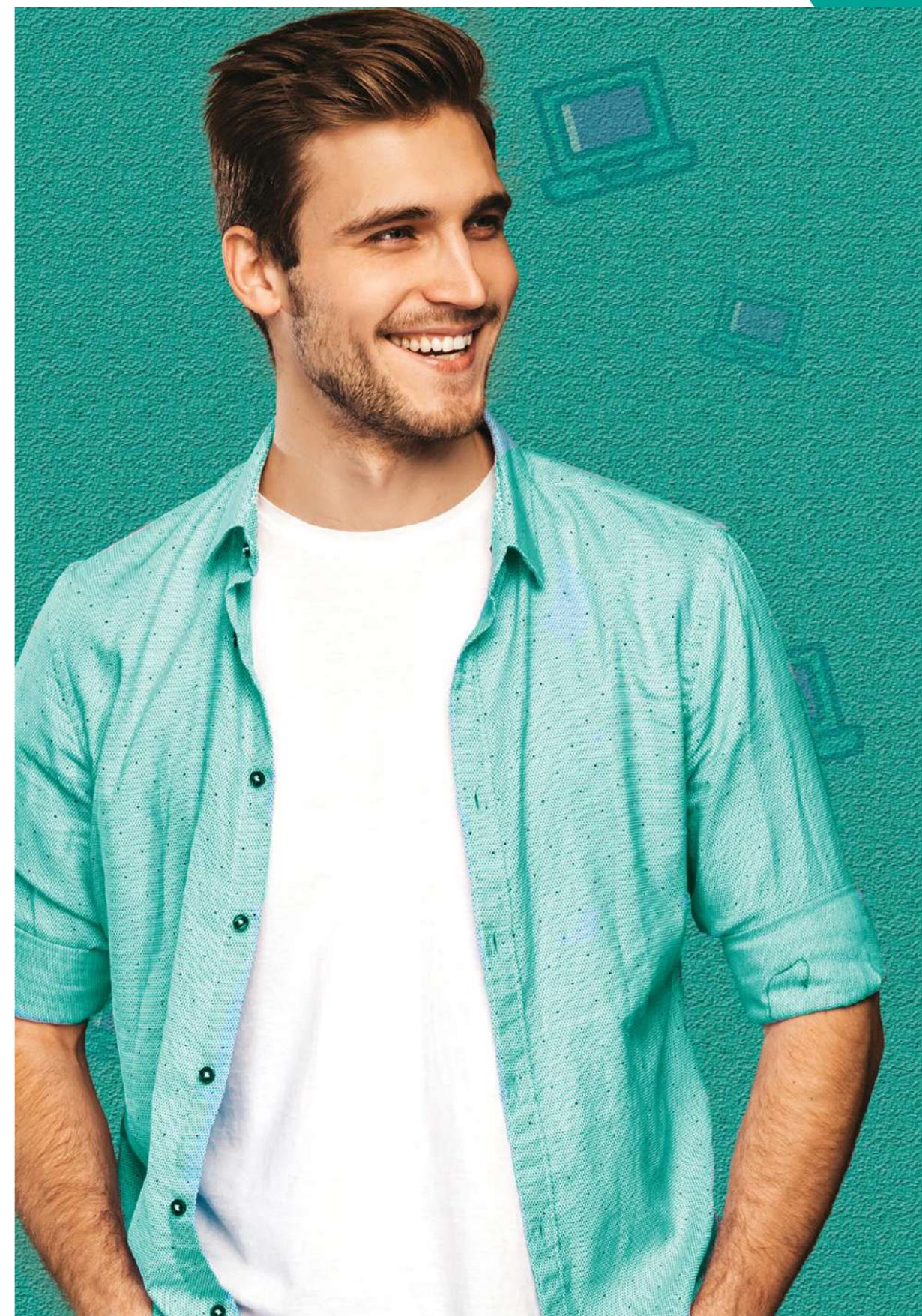
- ° **Proporcionar aumento da produtividade, comprometimento e engajamento dos funcionários;**
- ° **Ampliar a cultura de feedback;**
- ° **Estimular desenvolvimento individual, de equipes e de gestores;**
- ° **Subsidiar processos de gestão de pessoas.**

A Gestão do Desempenho é um processo que envolve as etapas de Planejamento, Acompanhamento, Avaliação e Desenvolvimento.

O modelo de gestão baseado em competências fornece subsídios para a tomada de decisão nos diversos processos de gestão de pessoas, de modo a agregar valor aos profissionais e à execução das estratégias da Cooperativa. Dessa forma, ao mesmo tempo que cria condições concretas para apoiar as transformações organizacionais, garante a coerência e consistência com os valores que sustentam a relação entre a organização e seus funcionários.

**Benefícios para o colaborador:** maior clareza de expectativas em relação ao trabalho e atuação; melhor acompanhamento do gestor nos pontos de desenvolvimento profissional; clareza dos critérios para crescimento profissional; apoio ao desenvolvimento de competências, de forma alinhada às necessidades individuais e da organização.

**Benefícios para a Cooperativa:** Estabelecimento de critérios padronizados para o estabelecimento de expectativas, acompanhamento, feedback e desenvolvimento dos profissionais; maior conhecimento sobre pontos fortes a desenvolver, necessidades e expectativas da equipe; profissionais cada vez mais preparados e alinhados às necessidades da organização; parâmetro para a gestão do quadro e do planejamento sucessório; contribuição para o desenvolvimento dos profissionais alinhados aos objetivos presentes e futuros da Cooperativa.



## POSSE DO CONSELHO FISCAL | 2019-2022

No dia 26 de junho, a presidente do Sicoob Coopjus, Regina Dinelli, deu posse aos novos membros do Conselho Fiscal do Sicoob Coopjus: Ariane Miranda Rabelo Nésio, Áurea Maria Parreira, Cláudia Maria Diniz Couto, José Milton dos Santos, Juliano Andrade Maria e Roberto Rodrigues da Costa.



## RESPONSABILIDADE SOCIAL

Princípios do Cooperativismo:

6º Intercooperação / 7º Interesse pela comunidade



Desde 2014, o Sicoob Coopjus participa do Dia de Cooperar (Dia C), que é uma ação de cunho social desenvolvida pelo Sistema Ocemg. A iniciativa nacional tem como objetivo integrar ações voluntárias de cooperativas, associados e familiares em prol da solidariedade e intercooperação. Cumprindo o seu compromisso com o desenvolvimento da comunidade, em 2019, o Sicoob Coopjus, em parceria com o Sicoob Central Cecremge e outras cooperativas, realizaram o Dia C no Asilo Ozanam, em Belo Horizonte. Na oportunidade, as crianças do Instituto Pedra Viva dançaram e cantaram para os idosos. Além disso, foram arrecadadas centenas de fraldas geriátricas.

## GINCANA COOPERATIVISTA

Princípio do Cooperativismo:  
7º Interesse pela comunidade



Quarenta e três integrantes da Cooperativa, entre colaboradores e conselheiros, participaram da corrente do bem, que contou com o apoio de familiares, amigos e parceiros. Todos com o mesmo objetivo: ajudar o próximo.

A Gincana Cooperativista levou esperança para muitas crianças e idosos de quatro instituições: Casa do Ancião da Cidade Ozanam - São Vicente de Paula, APAE BH, Abrigo Institucional Creche Tia Dolores e Lar dos Idosos Recanto Feliz. Arrecadamos:

- 7.730 lenços umedecidos;
- 3.633 fraldas;
- 2.081 itens de material escolares;
- 627 litros de leite;
- 513 itens de higiene pessoal;
- 311 itens de limpeza;
- 162 brinquedos;
- 49 cobertores.

As cooperativas servem de forma mais eficaz aos seus membros e dão mais força ao movimento cooperativo, trabalhando em conjunto, por meio das estruturas locais, regionais, nacionais e internacionais.

## O SICOOB COOPJUS PRÁTICA A INTERCOOPERAÇÃO



## PALESTRA DE DECLARAÇÃO DE IMPOSTO DE RENDA



O Advogado Tributarista, Consultor da Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG) e Diretor Financeiro do Sicoob Cofal, José Ramos dos Santos, ministrou 6 palestras para os cooperados do Sicoob Coopjus sobre elaboração do Imposto de Renda, cruzamento de informações fiscais e Malha Fina. As apresentações foram realizadas na Sede da Cooperativa, na Advocacia Geral da União (AGU), na Justiça Federal, no Tribunal Regional do Trabalho (TRT) e no Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais (TREM-G).

## PALESTRA SOBRE GESTÃO FINANCEIRA, PREVIDÊNCIA PRIVADA E APOSENTADORIA



Em setembro de 2019, a Gerente de Negócios do Sicoob Coopjus, Kátia Almeida, ministrou palestras sobre Gestão Financeira e Previdência Privada na Sala de Reuniões da Secretaria de Desenvolvimento de Pessoas do TRT. Além disso, ela participou do Programa de Planejamento de Aposentadoria (PPA) como palestrante no TRT.

## RODA DE CONVERSA SOBRE GOVERNANÇA COOPERATIVA



No dia 3 de outubro, o Sicoob Coopjus realizou a primeira Roda de Conversa sobre Governança Cooperativa, em Belo Horizonte. Na ocasião, Lenise Helena Maciel Rocha, Gerente Técnica do Departamento de Supervisão de Cooperativas e de Instituições Não Bancárias (Desuc) do Banco Central do Brasil, ministrou uma palestra para os participantes, que tiveram a oportunidade de trocar experiências e contar os desafios vivenciados na implantação do modelo dual de Governança em suas Cooperativas.

## INTERCOOPERAÇÃO



Em fevereiro, o Sicoob Coopjus recebeu a equipe do Sicoob Credijustra, que veio conhecer o nosso método de mapeamento de processos. Ainda em fevereiro, recebemos a visita da diretoria do Sicoob Credjus. O objetivo do encontro foi entender o processo de gestão de pessoas, implantação Plano do Plano de Carreira e Programa de Gestão de Desempenho.

Em fevereiro, o Sicoob Coopjus recebeu a equipe do Sicoob Credijustra, que veio conhecer o nosso método de mapeamento de processos.



Já em abril, o setor de Controles Internos do Sicoob Divicred visitou nossa sede. Na oportunidade, apresentamos nossa metodologia de trabalho, procedimentos de identificação dos setores e controles a serem avaliados, testes realizados, modelo de papéis de trabalho para registro das atividades, entre outros.

Em maio, por sua vez, o Sicoob Cofal nos visitou para entender os processos de empréstimos da Cooperativa, os fluxos de atendimento, além da operacionalização e concessão de crédito.



Em maio nossa equipe foi até Divinópolis, no Sicoob Divicred, conhecer a metodologia de trabalho da Central de Atendimento, P.A. Digital da cooperativa, processos das áreas de Crédito, Cadastro e Comercial, além de entender o processo do Sicoob Faça Parte.

Mediante a implantação efetiva do Sistema PGD (Programa de Gestão de Desempenho) e a necessidade de capacitar os gestores para dar feedback nas relações de gestão e liderança de forma sistêmica e adequada, 4 Cooperativas do Sicoob, Sicoob Coopjus, Sicoob Cofal, Sicoob JUS-MP e Sicoob Credjus, se uniram para desenvolver uma intercooperação e subsidiar o Encontro de Capacitação de feedback para os gestores com a instrutora Geralda Vânia Nogueira Fonte Boa Carneiro. "O feedback é importantíssimo para todos os aspectos da vida e consiste, principalmente, em saber recebê-lo, além de praticar a empatia na sua essência quando o fornecemos. Literalmente leve e esclarecedor, o treinamento ministrado pela Dona Geralda veio de encontro ao equilíbrio pessoal e profissional. Por meio da sua metodologia extremamente didática, ela conseguiu tocar em pontos chaves da minha vida e também da minha carreira. Parabéns à Diretora Administrativa, Suzan Junqueira, pela condução da intercooperação e pela sensibilidade na escolha do tema.", afirma Rodrigo Máximo, Gerente Geral de Negócios do Sicoob Coopjus.



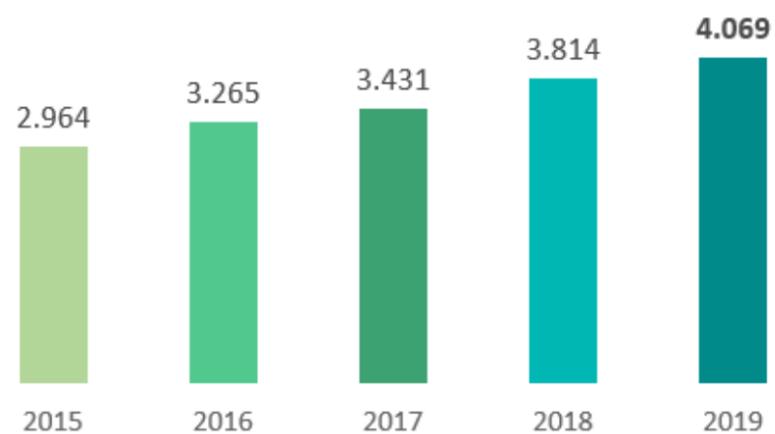
Com o objetivo de analisar o contexto atual e o futuro do mercado com relação às soluções financeiras de cooperativas de crédito, além de fomentar novas ideias sobre o relacionamento da cooperativa com os jovens futuros cooperados, o Sicoob Coopjus participou de um desafio promovido pelo Sicoob Divicred, em Divinópolis, em novembro. Na ocasião, a presidente do Sicoob Coopjus, Regina Dinelli, fez parte da banca de avaliadores dos estudantes que participaram do Desafio. Os jovens estudam Administração e Gestão Comercial na Faculdade Pitágoras.



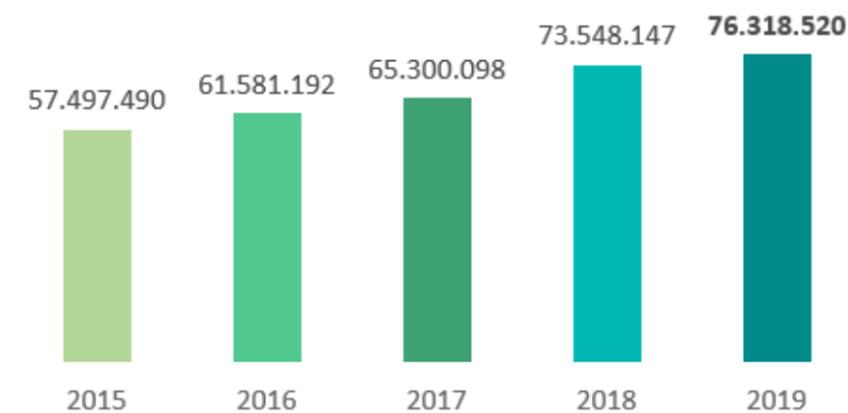
# PRESTAÇÃO DE CONTAS



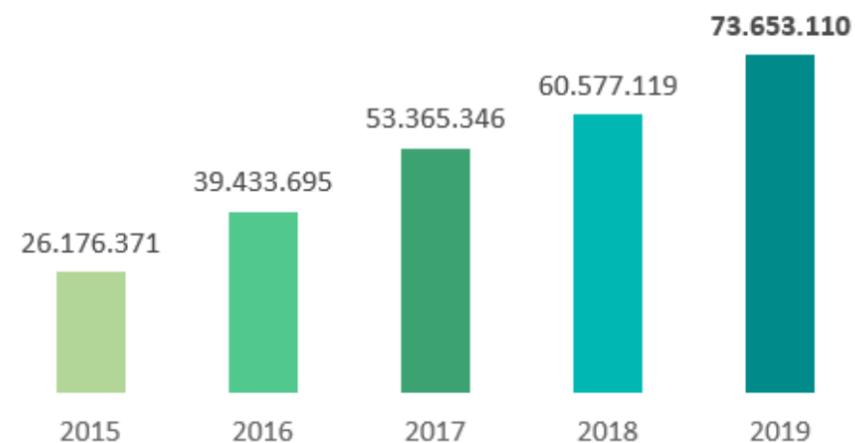
### Cooperados



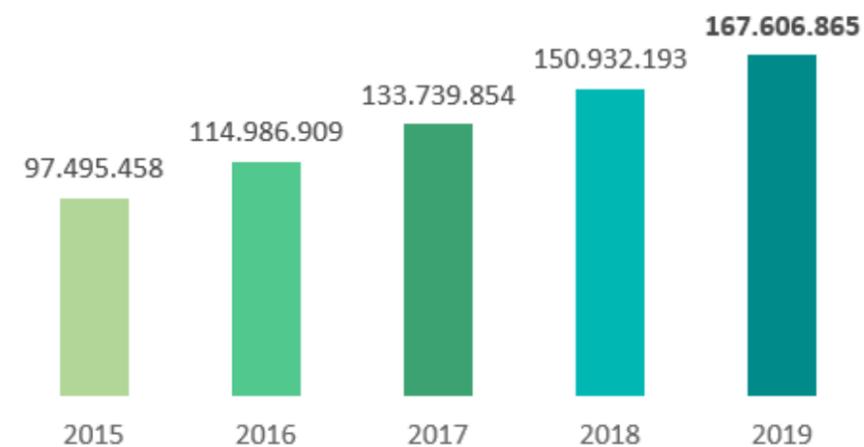
### Operações de Crédito



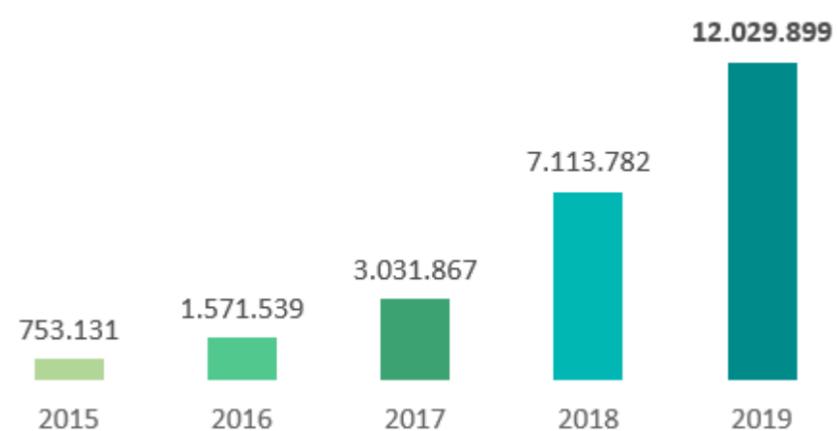
### Centralização Financeira



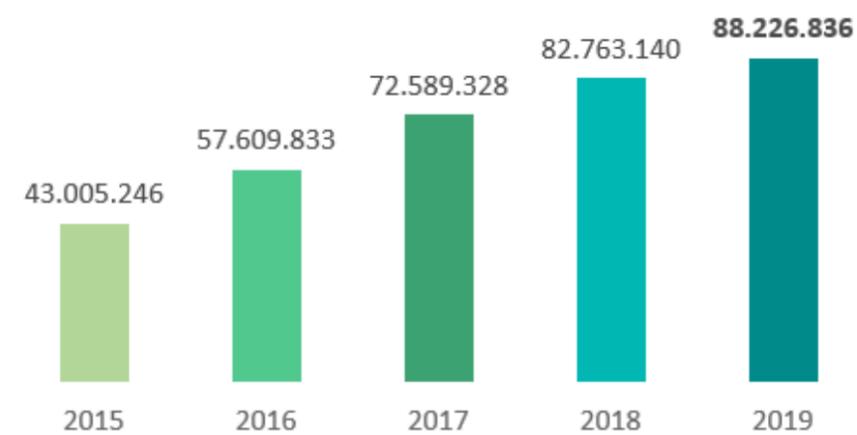
### Ativo



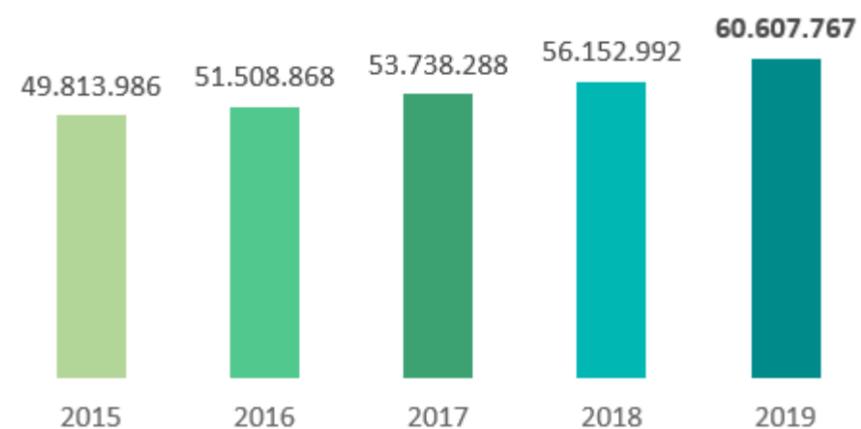
### Depósitos à vista



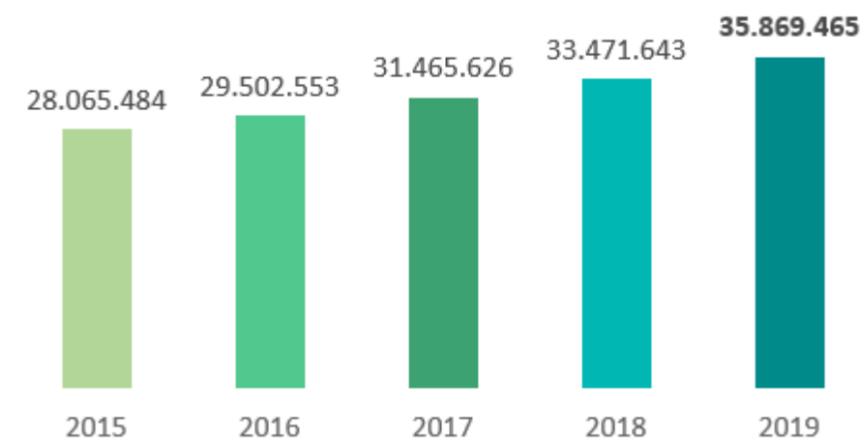
### Depósitos à prazo



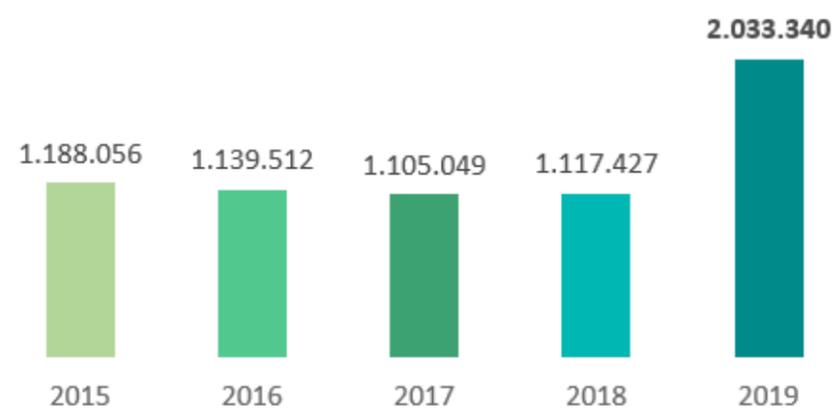
### Patrimônio Líquido



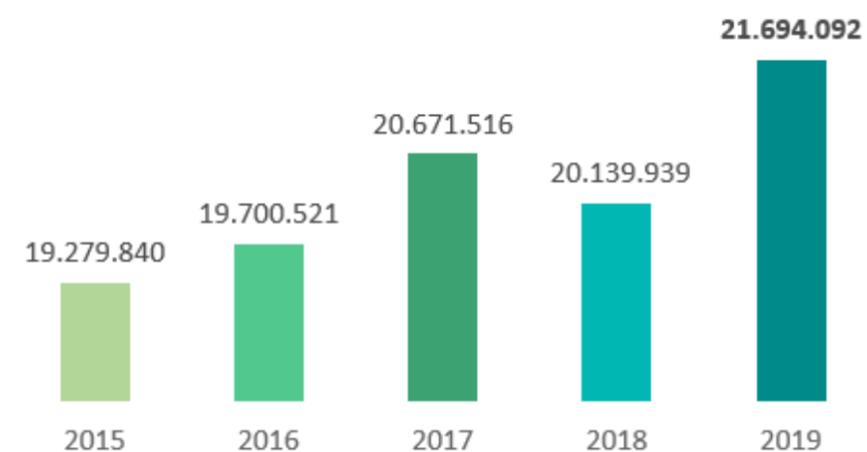
### Capital Social



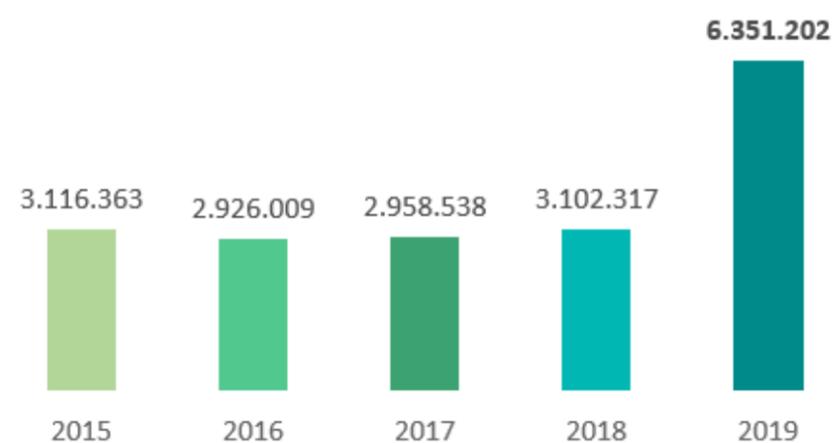
### Remuneração J.C.P.



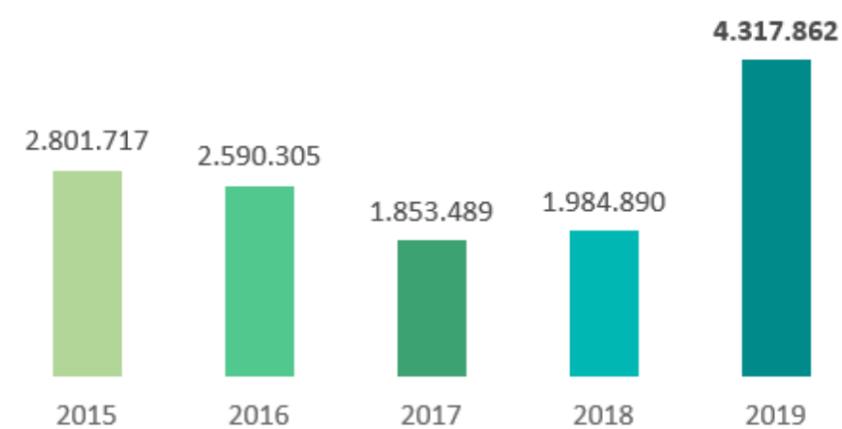
### Reserva Legal



### Sobras Brutas



### Sobras Líquidas





**SOMOS COOPERATIVISTAS  
QUANDO INTERCOOPERAMOS,  
FORTALECENDO O SISTEMA  
COMO UM TODO**

# RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO



## Relatório da Administração

Senhores Associados,

Submetemos à apreciação de V.S.as as Demonstrações Contábeis do exercício findo em 31/12/19 da Cooperativa de Crédito dos Integrantes do Poder Judiciário e das Instituições Jurídicas da União em Minas Gerais Ltda. – Sicoob Coopjus, na forma da Legislação em vigor.

### 1. Política Operacional

Em 2019, o SICOOB COOPJUS completou 31 anos mantendo sua vocação de instituição voltada para fomentar o crédito para seu público, os cooperados. A atuação junto aos seus cooperados se dá principalmente através da concessão de empréstimos e captação de depósitos.

### 2. Avaliação de Resultados

No exercício de 2019, o SICOOB COOPJUS obteve um resultado de R\$ 6.351.201,80 representando um retorno sobre o Patrimônio Líquido de 10,48%.

### 3. Ativos

Os recursos depositados na Centralização Financeira somaram R\$ 73.653.109,89. Por sua vez a carteira de crédito representava R\$ 76.967.666,87.

A carteira de crédito encontrava-se assim distribuída:

Carteira Comercial: **R\$ 76.967.666,87**    **100%**

Os Vinte Maiores Devedores representavam na data-base de 31/12/19 o percentual de 6,49% da carteira, no montante de R\$ 4.995.030,69.

### 4. Captação

As captações, no total de R\$ 100.256.734,85, apresentaram uma evolução em relação ao mesmo período do exercício anterior de 11,55%.

As captações encontravam-se assim distribuídas:

Depósitos à Vista	<b>12.029.898,62</b>	<b>12,00%</b>
Depósitos a Prazo	<b>88.226.836,23</b>	<b>88,00%</b>

Os Vinte Maiores Depositantes representavam na data-base de 31/12/19 o percentual de 29,13% da captação, no montante de R\$29.199.816,77.

### 5. Patrimônio de Referência

O Patrimônio de Referência do SICOOB COOPJUS era de R\$56.662.582,63. O quadro de associados era composto por 4.069 Cooperados, havendo um acréscimo de 6,69% em relação ao mesmo período do exercício anterior.

### 6. Política de Crédito

A concessão de crédito está pautada em prévia análise do proponente tomador, havendo limites de alçadas pré-estabelecidos a serem observados e cumpridos, cercado ainda a Singular de todas as consultas cadastrais e com análise do Associado através do "RATING" (avaliação por pontos), buscando assim garantir ao máximo a liquidez das operações.

O SICOOB CCOPJUS adota a política de classificação de crédito de sua carteira de acordo com as diretrizes estabelecidas na Resolução CMN nº 2.682/99.

### 7. Governança Corporativa

Governança corporativa é o conjunto de mecanismos e controles, internos e externos, que permitem aos associados definir e assegurar a execução dos objetivos da cooperativa, garantindo a sua continuidade, os princípios cooperativistas ou, simplesmente, a adoção de boas práticas de gestão.

Nesse sentido, a administração da Cooperativa tem na assembleia geral, que é a reunião de todos os associados, o poder maior de decisão.

A gestão da Cooperativa está alicerçada em papéis definidos, com clara separação de funções. Cabem ao Conselho de Administração as decisões estratégicas e à Diretoria Executiva, a gestão dos negócios da Cooperativa no seu dia a dia.

A Cooperativa possui ainda um Agente de Controles Internos, supervisionado pelo **SICOOB CENTRAL CECREMGE**.

Os balanços da Cooperativa são auditados por auditor externo, que emite relatórios, levados ao conhecimento dos Conselhos e da Diretoria. Todos esses processos são acompanhados e fiscalizados pelo Banco Central do Brasil, órgão ao qual cabe a competência de fiscalizar a Cooperativa.

Tendo em vista o risco que envolve a intermediação financeira, a Cooperativa adota ferramentas de gestão. Para exemplificar, na concessão de crédito, a Cooperativa adota o Manual de Crédito, aprovado, como muitos outros manuais, pelo Sicoob Confederação e homologado pela Central.

Além do Estatuto Social, são adotados regimentos e regulamentos, entre os quais destacamos o Regimento Interno, o Regimento do Conselho de Administração, o Regimento do Conselho Fiscal, o Regulamento Eleitoral.

A Cooperativa adota procedimentos para cumprir todas as normas contábeis e fiscais, além de ter uma política de remuneração de seus empregados e estagiários dentro de um plano de cargos e salários que contempla a remuneração adequada, a separação de funções e o gerenciamento do desempenho de todo o seu quadro funcional.

Todos esses mecanismos de controle, além de necessários, são fundamentais para levar aos associados e à sociedade em geral a transparência da gestão e de todas as atividades desenvolvidas pela instituição

### 8. Conselho Fiscal

Eleito de três em três anos na AGO, com mandato até a AGO de 2022, o Conselho Fiscal tem função complementar à do Conselho de Administração. Sua responsabilidade é verificar de forma sistemática os atos da administração da Cooperativa, bem como validar seus balancetes mensais e seu balanço patrimonial anual.

Todos os membros efetivos e suplentes do Conselho Fiscal participaram de um curso de formação ministrado pelo SICOOB CENTRAL CECREMGE, com o objetivo de detalhar as responsabilidades dos conselheiros fiscais e as formas de exercê-las.

## 9. Código de Ética

Todos os integrantes da equipe do SICOOB COOPJUS aderiram, por meio de compromisso firmado, ao Código de Ética e de Conduta Profissional proposto pela Confederação Nacional das Cooperativas do SICOOB – SICOOB CONFEDERAÇÃO. A partir de então, todos os novos funcionários, ao ingressar na Cooperativa, assumem o mesmo compromisso.

## 10. Sistema de Ouvidoria

A Ouvidoria, constituída em 2007 representou um importante avanço a serviço dos cooperados, dispõe de diretor responsável pela área e de um Ouvidor. Atende às manifestações recebidas por meio do Sistema de Ouvidoria do SICOOB, composto por sistema tecnológico específico, atendimento via DDG 0800 e sítio na internet integrado com o sistema informatizado de ouvidoria tendo a atribuição de assegurar o cumprimento das normas relacionadas aos direitos dos usuários de nossos produtos, além de atuar como canal de comunicação com os nossos associados e integrantes das comunidades onde estamos presentes.

No exercício de 2019, a Ouvidoria do SICOOB COOPJUS registrou 30 manifestações de cooperados sobre a qualidade dos produtos e serviços oferecidos pela Cooperativa. Dentre elas, havia reclamações, pedidos de esclarecimento de dúvidas e solicitações de providências relacionadas principalmente a atendimento, conta corrente, cartão de crédito e operações de crédito.

Das 30 reclamações, 15 foram consideradas procedentes e resolvidas dentro dos prazos legais, de maneira satisfatória para as partes envolvidas, em perfeito acordo com o previsto na legislação vigente.

## 11. Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito - FGCoop

De acordo com seu estatuto, o Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito- FGCoop tem por objeto prestar garantia de créditos nos casos de decretação de intervenção ou de liquidação extrajudicial de instituição associada, até o limite de R\$ 250 mil por associado, bem como contratar operações de assistência, de suporte financeiro e de liquidez com essas instituições. O Conselho Monetário Nacional (CMN) aprovou resolução que estabelece a forma de contribuição das instituições associadas ao Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop), ratifica também seu estatuto e regulamento. Conforme previsto na Resolução CMN nº 4.150/12, esse fundo possui como instituições associadas todas as cooperativas singulares de crédito do Brasil e os bancos cooperativos integrantes do Sistema Nacional de Crédito Cooperativo (SNCC).

Conforme previsto no artigo 2º da Resolução CMN nº 4.284/13, a contribuição mensal ordinária das instituições associadas ao Fundo é de 0,0125%, dos saldos das obrigações garantidas, que abrangem as mesmas modalidades protegidas pelo Fundo Garantidor de Créditos dos bancos, o FGC, ou seja, os depósitos à vista e a prazo, as letras de crédito do agronegócio, entre outros.

As contribuições ao FGCoop pelas instituições a ele associadas tiveram início a partir do mês de março de 2014 e recolhidas no prazo estabelecido no § 4º do art. 3º da Circular Bacen nº 3.700/14. Ainda nos termos de seu estatuto, a governança do Fundo será exercida pela Assembleia Geral, pelo Conselho de Administração e pela Diretoria Executiva, e está estruturada de modo a permitir a efetiva representatividade das associadas, sejam elas cooperativas independentes ou filiadas a sistemas cooperativistas de crédito, sendo o direito de voto proporcional às respectivas contribuições ordinárias.

## Agradecimentos

### **Agradecemos aos nossos associados pela preferência e confiança e aos colaboradores pela dedicação.**

Belo Horizonte/MG, 04 de fevereiro de 2020.

Regina Teixeira Miranda Dinelli  
Presidente do Conselho de Administração

Ronaldo Alves da Silva  
Vice-presidente do Conselho de Administração

Antônio Cláudio dos Santos Rosa  
Conselheiro Efetivo

Antônio Oliveira Pires  
Conselheiro Efetivo

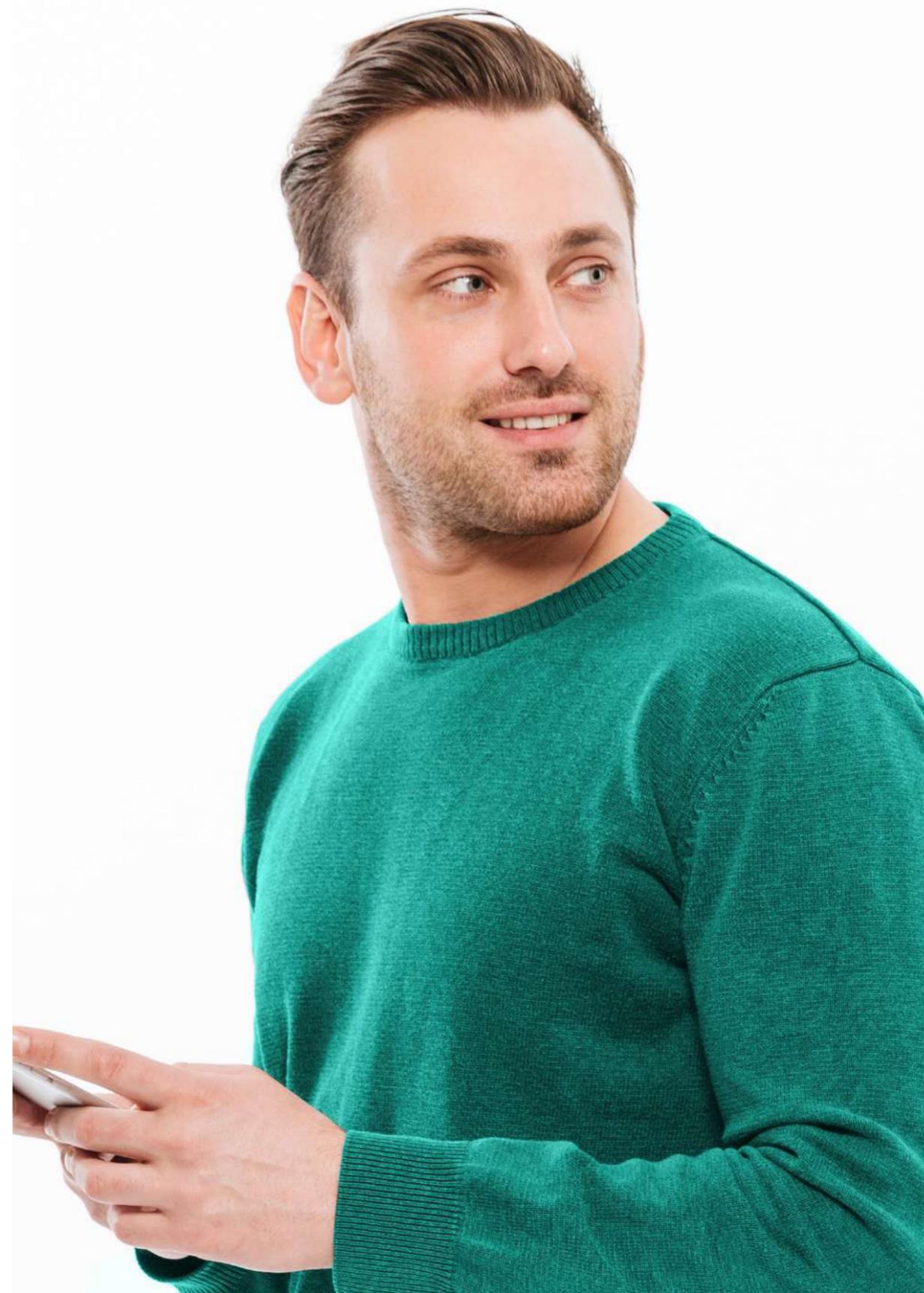
Cláudio Duarte Sarkis  
Conselheiro Efetivo

Frederico Gomes Jabbur  
Conselheiro Efetivo

Márcio David Carvalho  
Conselheiro Efetivo

Nestor Santiago Santos  
Conselheiro Efetivo

Sérvio Túlio de F. Vanucci  
Conselheiro Efetivo



# BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 | Comparativo com 2018 em R\$



COOPERATIVA DE CRÉDITO DOS INTEGRANTES DO PODER JUDICIÁRIO E DAS  
INSTITUIÇÕES JURÍDICAS DA UNIÃO EM MINAS GERAIS LTDA.

SICOOB COOPJUS

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 - Comparativo com 2018 - EM R\$

ATIVO	Nota	31/12/2019	31/12/2018	PASSIVO	Nota	31/12/2019	31/12/2018
<b>CIRCULANTE</b>		<b>92.298.615,51</b>	<b>78.252.311,51</b>	<b>CIRCULANTE</b>		<b>104.510.853,25</b>	<b>92.524.263,07</b>
Disponibilidades		371.522,58	292.826,43	<b>DEPÓSITOS</b>	<b>11</b>	<b>100.256.734,85</b>	<b>89.876.922,13</b>
Relações Interfinanceiras	5	73.653.109,89	60.577.119,43	Depósito à Vista		12.029.898,62	7.113.782,43
Operações de Crédito	6	17.566.304,36	16.945.682,59	Depósito a Prazo		88.226.836,23	82.763.139,70
Outros Créditos	7	662.615,78	391.466,97	<b>OUTRAS OBRIGAÇÕES</b>	<b>12</b>	<b>4.254.118,40</b>	<b>2.647.340,94</b>
Outros Valores e Bens	8	45.062,90	45.216,09	Cobrança e Arrecad.de Tributos		16.770,23	23.701,05
				Sociais e Estatutárias		3.021.385,78	1.610.270,72
				Fiscais e Previdenciárias		209.102,80	183.429,87
				Outras contas passivas		1.006.859,59	829.939,30
<b>NÃO CIRCULANTE</b>		<b>75.308.249,85</b>	<b>72.679.881,75</b>	<b>NÃO CIRCULANTE</b>		<b>2.488.244,74</b>	<b>2.254.938,53</b>
<b>REALIZÁVEL A LONGO PRAZO</b>		<b>61.220.500,58</b>	<b>58.857.402,62</b>	<b>EXIGÍVEL A LONGO PRAZO</b>	<b>12</b>	<b>2.488.244,74</b>	<b>2.254.938,53</b>
Operações de Crédito	6	58.752.215,84	56.602.464,09	Depósito Judicial		2.488.244,74	2.254.938,53
Depósito Judicial		2.468.284,74	2.254.938,53				
<b>INVESTIMENTO</b>	<b>9</b>	<b>6.164.401,20</b>	<b>5.325.728,65</b>	<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>14</b>	<b>60.607.767,37</b>	<b>56.152.991,66</b>
<b>IMOBILIZADO DE USO INTANGÍVEL</b>	<b>10</b>	<b>7.888.783,41</b>	<b>8.457.693,82</b>	Capital Social		35.869.465,07	33.471.643,01
		<b>34.564,66</b>	<b>39.056,66</b>	Reserva Legal		21.694.092,45	20.139.939,43
				Sobras Acumuladas		3.044.209,85	2.541.409,22
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>167.606.865,36</b>	<b>150.932.193,26</b>	<b>TOTAL PASSIVO</b>		<b>167.606.865,36</b>	<b>150.932.193,26</b>

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

# BALANÇO DE SOBRAS E PERDAS EM 2019

## Comparativo com 2018 em R\$



COOPERATIVA DE CRÉDITO DOS INTEGRANTES DO PODER JUDICIÁRIO E DAS INSTITUIÇÕES JURÍDICAS DA UNIÃO EM MINAS GERAIS LTDA. – SICOOB COOPJUS

DEMONSTRAÇÃO DE SOBRAS / PERDAS EM 2019 - Comparativo com 2018

(Em Reais)

Nota	Segundo semestre de		
	2019	31/12/2019	31/12/2018
<b>Receitas (Ingressos) da Intermediação Financeira</b>	<b>7.594.818,12</b>	<b>14.714.261,94</b>	<b>13.068.160,85</b>
Operações de Crédito	7.594.818,12	14.714.261,94	13.068.160,85
<b>Despesas (Dispêndios) da Intermediação Financeira</b>	<b>(2.708.867,76)</b>	<b>(5.307.021,90)</b>	<b>(6.291.717,13)</b>
Operações de Captação no Mercado	(2.490.910,06)	(5.152.847,96)	(6.074.525,63)
Provisão para Operações de Créditos	(217.957,70)	(154.173,94)	(217.191,50)
<b>Resultado Bruto Intermediação Financeira</b>	<b>4.885.950,36</b>	<b>9.407.240,04</b>	<b>6.776.443,72</b>
<b>Outras Receitas / Despesas (Ingressos / Dispêndios) Operacionais</b>	<b>(2.098.380,14)</b>	<b>(3.592.708,20)</b>	<b>(3.678.673,57)</b>
Receitas (Ingressos) de Prestação de Serviços	406.117,34	810.448,10	464.489,76
Rendas (Ingressos) de Tarifas Bancárias	41.415,60	74.143,60	26.296,60
Despesas (Dispêndios) de Pessoal	20 (2.500.270,68)	(4.651.266,64)	(4.313.642,45)
Outras Despesas (Dispêndios) Administrativas	21 (1.973.331,39)	(3.782.306,52)	(3.355.015,61)
Despesas (Dispêndios) Tributárias	(83.479,75)	(170.297,08)	(139.102,80)
Ingressos de Depósitos Intercooperativos	1.856.201,55	3.742.765,69	3.538.580,30
Outras Receitas (Ingressos) Operacionais	445.500,79	877.542,11	601.764,39
Outras Despesas (Dispêndios) Operacionais	(290.533,60)	(493.737,46)	(502.043,76)
<b>Resultado Operacional</b>	<b>2.787.570,22</b>	<b>5.814.531,84</b>	<b>3.097.770,15</b>
<b>Resultado Não Operacional</b>	<b>616.367,89</b>	<b>536.669,96</b>	<b>18.133,89</b>
<b>Resultado Antes da Tributação</b>	<b>3.403.938,11</b>	<b>6.351.201,80</b>	<b>3.115.904,04</b>
Imposto de Renda/ CSLL sobre Atos Não Cooperativos	16.869,87	-	(13.587,33)
<b>Sobras / Perdas antes das Destinações</b>	<b>3.420.807,98</b>	<b>6.351.201,80</b>	<b>3.102.316,71</b>
Juros ao Capital Próprio	(996.306,80)	(2.033.339,80)	(1.117.426,94)
<b>Sobras / Perdas líquidas do exercício</b>	<b>2.424.501,18</b>	<b>4.317.862,00</b>	<b>1.984.889,77</b>
<b>Destinações legais e Estatutárias</b>			
F.A.T.E.S.		(174.576,51)	(90.377,01)
Reserva Legal		(349.153,02)	(180.754,03)
F.A.T.E.S. Atos não Cooperativos		(826.331,84)	(177.349,51)
Reversão das reservas			
<b>Sobras / Perdas à disposição da A.G.O.</b>	<b>2.424.501,18</b>	<b>2.967.800,63</b>	<b>1.536.409,22</b>

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

# DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

COOPERATIVA DE CRÉDITO DOS INTEGRANTES DO PODER JUDICIÁRIO E DAS INSTITUIÇÕES JURÍDICAS DA UNIÃO EM MINAS GERAIS



DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018  
(Valores expressos em reais – R\$)

Eventos	Capital Social		Reservas de Sobras		Sobras ou Perdas Acumuladas	Totais
	Capital Subscrito	Capital a Realizar	Legal	Expansão		
<b>Saldos em 31/12/2017</b>	<b>31.467.892,79</b>	<b>(2.266,61)</b>	<b>20.671.516,13</b>	<b>142.669,27</b>	<b>1.458.475,95</b>	<b>53.738.287,53</b>
<b>Destinação de Sobras do Exercício Anterior:</b>						
Constituição de reservas				150.000,00	(150.000,00)	-
Em Conta Corrente do Associado	1.296.337,33				(1.296.337,33)	-
Em Cotas de Capital a Pagar					(12.138,62)	(12.138,62)
<b>Movimentações de Capital:</b>						
Por Subscrição/Realização	2.642.011,73	(3.907,91)	-		-	2.638.103,82
Por Devolução (-)	(3.025.644,68)					(3.025.644,68)
Estorno de Capital						-
Reversão de reservas			(712.330,73)	(292.669,27)	1.005.000,00	-
Sobra / Perda Líquida					3.102.316,71	3.102.316,71
Provisão de Juros ao Capital Próprio					(1.117.426,94)	(1.117.426,94)
Subscrição do Juros ao Capital Próprio	1.098.503,91					1.098.503,91
IRRF sobre Juros ao Capital Próprio	(1.283,55)					(1.283,55)
Fates Atos Não Cooperativos					(177.349,51)	(177.349,51)
<b>Destinação da Sobra do Exercício:</b>						
. Fundo de Reserva			180.754,03		(180.754,03)	-
. F A T E S					(90.377,01)	(90.377,01)
<b>Saldos em 31/12/2018</b>	<b>33.477.817,53</b>	<b>(6.174,52)</b>	<b>20.139.939,43</b>	<b>-</b>	<b>2.541.409,22</b>	<b>56.152.991,66</b>
<b>Destinação de Sobras do Exercício Anterior:</b>						
Constituição de reservas			1.205.000,00	76.409,22	(1.281.409,22)	-
Em Conta Corrente do Associado	1.253.926,75				(1.253.926,75)	-
Em Cotas de Capital a Pagar					(6.073,25)	(6.073,25)
<b>Movimentações de Capital:</b>						
Por Subscrição/Realização	3.011.881,39	(5.342,41)	-		-	3.006.538,98
Por Devolução (-)	(3.825.312,37)					(3.825.312,37)
Estorno de Capital	(1.760,23)					(1.760,23)
Reversão de reservas				(76.409,22)	76.409,22	-
Sobra / Perda Líquida					6.351.201,80	6.351.201,80
Provisão de Juros ao Capital Próprio					(2.033.339,80)	(2.033.339,80)
Subscrição do Juros ao Capital Próprio	1.975.093,01					1.975.093,01
IRRF sobre Juros ao Capital Próprio	(10.664,08)					(10.664,08)
Fates Atos Não Cooperativos					(826.331,84)	(826.331,84)
<b>Destinação da Sobra do Exercício:</b>						
. Fundo de Reserva			349.153,02		(349.153,02)	-
. F A T E S					(174.576,51)	(174.576,51)
<b>Saldos em 31/12/2019</b>	<b>35.880.982,00</b>	<b>(11.516,93)</b>	<b>21.694.092,45</b>	<b>-</b>	<b>3.044.209,85</b>	<b>60.607.767,37</b>
<b>Saldos em 30/06/2019</b>						
Por Subscrição/Realização	1.524.880,30	(4.204,90)	-		-	1.520.675,40
Por Devolução (-)	(1.645.836,52)					(1.645.836,52)
Estorno de Capital	(1.686,51)					(1.686,51)
Reversão de reservas				(76.409,22)	76.409,22	-
Sobra / Perda Líquida					3.420.807,98	3.420.807,98
Provisão de Juros ao Capital Próprio					(996.306,80)	(996.306,80)
Subscrição do Juros ao Capital Próprio	1.975.093,01					1.975.093,01
IRRF sobre Juros ao Capital Próprio	(10.664,08)					(10.664,08)
Fates Atos Não Cooperativos					(826.331,84)	(826.331,84)
<b>Destinação da Sobra do Exercício:</b>						
. Fundo de Reserva			349.153,02		(349.153,02)	-
. F A T E S					(174.576,51)	(174.576,51)
<b>Saldos em 31/12/2019</b>	<b>35.880.982,00</b>	<b>(11.516,93)</b>	<b>21.694.092,45</b>	<b>-</b>	<b>3.044.209,85</b>	<b>60.607.767,37</b>

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

# DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019/2018



COOPERATIVA DE CRÉDITO DOS INTEGRANTES DO PODER JUDICIÁRIO E DAS INSTITUIÇÕES JURÍDICAS DA  
UNIÃO EM MINAS GERAIS LTDA. – SICOOB COOPJUS  
DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 / 2018

DESCRIÇÃO	(Em Reais)		
	2º SEMESTRE 2019	31/12/2019	31/12/2018
<b>Atividades Operacionais</b>			
<b>Sobras/Perdas do Exercício</b>	<b>2.424.501,18</b>	<b>6.351.201,80</b>	<b>3.102.316,71</b>
Provisão para Operações de Crédito	217.957,70	154.173,94	217.191,50
Depreciações e Amortizações	214.552,89	439.321,93	355.239,20
Despesa de Juros ao Capital	-	(2.033.339,80)	(1.117.426,94)
	<b>2.857.011,77</b>	<b>4.911.357,87</b>	<b>2.557.320,47</b>
<b>Aumento (redução) em ativos operacionais</b>			
Operações de Crédito	(619.414,30)	(2.924.547,46)	(8.465.240,61)
Outros Créditos	83.361,11	(484.495,02)	(182.574,32)
Outros Valores e Bens	94.835,03	153,19	8.029,09
<b>Aumento (redução) em passivos operacionais</b>			
Depósitos a Vista	3.734.507,93	4.916.116,19	4.081.915,81
Depósitos a Prazo	2.640.053,85	5.463.696,53	10.173.811,72
Outras Obrigações	507.281,14	1.840.083,67	521.907,88
<b>Caixa Líquido Aplicado em Atividades Operacionais</b>	<b>9.297.636,53</b>	<b>13.722.364,97</b>	<b>8.695.170,04</b>
<b>Atividades de Investimentos</b>			
Alienação de Investimento	(630.467,68)	(838.672,55)	(772.165,17)
Alienação de Imobilizações de Uso	182.097,30	119.794,78	(1.473.894,14)
Aplicação no Intangível	(11.450,75)	(18.106,09)	(7.404,98)
Inversões em Imobilizado de Uso	-	32.391,79	461.597,63
<b>Caixa Líquido Aplicado / Originado em Investimentos</b>	<b>(459.821,13)</b>	<b>(704.592,07)</b>	<b>(1.791.866,66)</b>
<b>Atividades de Financiamentos</b>			
Por Subscrição/Realização	1.519.064,41	2.998.781,02	2.625.965,20
Por Devolução ( - )	(1.645.911,96)	(3.825.387,81)	(3.025.644,68)
Subscrição de Juros ao Capital	1.975.092,93	1.975.092,93	1.098.503,91
IRRF sobre Juros ao Capital	(10.664,08)	(10.664,08)	(1.283,55)
Participações no Lucro	-	-	-
FATES - Atos Não Cooperativos	(826.331,84)	(826.331,84)	(177.349,51)
FATES - Atos Cooperativos	(174.576,51)	(174.576,51)	(90.377,01)
<b>Caixa Líquido Aplicado / Originado em Investimentos</b>	<b>836.672,95</b>	<b>136.913,71</b>	<b>429.814,36</b>
<b>Aumento / Redução Líquida das Disponibilidades</b>	<b>9.674.488,35</b>	<b>13.154.686,61</b>	<b>7.333.117,74</b>
<b>Modificações em Disponibilidades Líquida</b>			
No Início do Período	64.350.144,12	60.869.945,86	53.536.828,12
No Fim do Período	74.024.632,47	74.024.632,47	60.869.945,86
<b>Variação Líquida das Disponibilidades</b>	<b>9.674.488,35</b>	<b>13.154.686,61</b>	<b>7.333.117,74</b>

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

# NOTAS EXPLICATIVAS

COOPERATIVA DE CRÉDITO DOS INTEGRANTES DO PODER JUDICIÁRIO E DAS INSTITUIÇÕES JURÍDICAS DA UNIÃO EM MINAS GERAIS LTDA - SICOOB COOPJUS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

## 1. Contexto Operacional

A COOPERATIVA DE CRÉDITO DOS INTEGRANTES DO PODER JUDICIÁRIO E DAS INSTITUIÇÕES JURÍDICAS DA UNIÃO EM MINAS GERAIS LTDA - SICOOB COOPJUS, é uma cooperativa de crédito singular, instituição financeira não bancária, fundada em 28/05/1988, filiada à CCE CRÉD EST MG LTDA. – SICOOB CENTRAL CECREMGE e componente da Confederação Nacional das Cooperativas do SICOOB – SICOOB CONFEDERAÇÃO, em conjunto com outras cooperativas singulares e centrais. Tem sua constituição e o funcionamento regulamentados pela Lei nº 4.595/1964, que dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias, pela Lei nº 5.764/1971, que define a Política Nacional do Cooperativismo, pela Lei Complementar nº 130/2009, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo e pela Resolução CMN nº 4.434/2015, do Conselho Monetário Nacional, que dispõe sobre a constituição e funcionamento de cooperativas de crédito.

O SICOOB COOPJUS possui as seguintes unidades de atendimento:

- Posto de Atendimento Matriz - Av. Getúlio Vargas, 258, sala 1002 – Funcionários, BH – MG;
- Posto de Atendimento Barro Preto - Av. Augusto de Lima, 1.126, 10º andar - Barro Preto, BH – MG;
- Espaço Cooperativo TRE - Av. Prudente de Moraes, 320 - Cidade Jardim, BH – MG;
- Espaço Cooperativo Justiça Federal - Av. Álvares Cabral, 1741 – Santo Agostinho; BH – MG;
- Unidade Administrativa - Av. Getúlio Vargas, 258 - 6º andar, BH – MG.

O SICOOB COOPJUS tem como atividade preponderante a operação na área creditícia, tendo como finalidade:

- (i) Proporcionar, através da mutualidade, assistência financeira aos associados;
- (ii) A formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo, através da ajuda mútua da economia sistemática e do uso adequado do crédito; e
- (iii) Praticar, nos termos dos normativos vigentes, as seguintes operações dentre outras: captação de recursos, concessão de créditos, prestação de garantias, prestação de serviços, formalização de convênios com outras instituições financeiras e aplicação de recursos no mercado financeiro, inclusive depósitos a prazo com ou sem emissão de certificado, visando preservar o poder de compra da moeda e remunerar os recursos.

## 2. Apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – BACEN, considerando as Normas Brasileiras de Contabilidade, especificamente àquelas aplicáveis às entidades Cooperativas, a Lei do Cooperativismo nº 5.764/71 e normas e instruções do BACEN, apresentadas conforme Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF, e sua emissão foi autorizada pela Diretoria Executiva em 04/02/2020.

Em função do processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, algumas normas e interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as quais serão aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovadas pelo BACEN, naquilo que não confrontar com as normas por ele já emitidas anteriormente. Os pronunciamentos contábeis já aprovados, por meio das Resoluções do CMN, foram aplicados integralmente na elaboração destas Demonstrações Contábeis.

## 3. Resumo das principais práticas contábeis

### a) Apuração do resultado

Os ingressos/receitas e os dispêndios/despesas são registrados de acordo com o regime de competência.

As receitas com prestação de serviços, típicas ao sistema financeiro, são reconhecidas quando da prestação de serviços ao associado ou a terceiros.

Os dispêndios e as despesas e os ingressos e receitas operacionais, são proporcionalizados de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

### b) Estimativas contábeis

Na elaboração das demonstrações contábeis faz-se necessário utilizar estimativas para determinar o valor de certos ativos, passivos e outras transações considerando a melhor informação disponível. Incluem, portanto, estimativas referentes à provisão para créditos de liquidação duvidosa, à vida útil dos bens do ativo imobilizado, provisões para causas judiciais, dentre outros. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas utilizadas.

### c) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa, conforme Resolução CMN nº 3.604/2008, incluem as rubricas caixa, depósitos bancários e as relações interfinanceiras de curto prazo e de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valores e limites, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias.

### d) Operações de crédito

As operações de crédito com encargos financeiros pré-fixados são registradas a valor futuro, retificadas por conta de rendas a apropriar e as operações de crédito pós-fixadas são registradas a valor presente, calculadas por critério "pro rata temporis", com base na variação dos respectivos indexadores pactuados.

### e) Provisão para operações de crédito

Constituída em montante julgado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber, levando-se em consideração a análise das operações em aberto, as garantias existentes, a experiência passada, a capacidade de pagamento e liquidez do tomador do crédito e os riscos específicos apresentados em cada operação, além da conjuntura econômica.

As Resoluções CMN nº 2.697/2000 e 2.682/1999 estabeleceram os critérios para classificação das operações de crédito definindo regras para constituição da provisão para operações de crédito, as quais estabelecem nove níveis de risco, de AA (risco mínimo) a H (risco máximo).

### f) Depósitos em garantia

Existem situações em que a cooperativa questiona a legitimidade de determinados passivos ou ações em que figura como polo passivo. Por conta desses questionamentos, por ordem judicial ou por estratégia da própria administração, os valores em questão podem ser depositados em juízo, sem que haja a caracterização da liquidação do passivo.

# NOTAS EXPLICATIVAS

## g) Investimentos

Representados substancialmente por quotas do **SICOOB CENTRAL CECREMGE** e ações do Bancoob, avaliadas pelo método de custo de aquisição.

## h) Imobilizado

Equipamentos de processamento de dados, móveis, utensílios e outros equipamentos, instalações, edificações, veículos, benfeitorias em imóveis de terceiros e softwares, são demonstrados pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear para reduzir o custo de cada ativo a seus valores residuais de acordo com as taxas aplicáveis e levam em consideração a vida útil econômica dos bens.

## i) Intangível

Correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Cooperativa ou exercidos com essa finalidade. Os ativos intangíveis com vida útil definida são geralmente amortizados de forma linear no decorrer de um período estimado de benefício econômico.

## j) Ativos contingentes

Não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis sobre as quais não cabem mais recursos contrários, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável, quando aplicável, são apenas divulgados em notas explicativas às demonstrações contábeis.

## k) Obrigações por empréstimos e repasses

As obrigações por empréstimos e repasses são reconhecidas inicialmente no recebimento dos recursos, líquidos dos custos da transação. Em seguida, os saldos dos empréstimos tomados são acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido (*pro rata temporis*), assim como das despesas a apropriar referente aos encargos contratados até o final do contrato, quando calculáveis.

## l) Depósitos e Recursos de Aceite e Emissão de Títulos

Os depósitos e os recursos de aceite e emissão de títulos são demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram, quando aplicável, os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base *pro rata die*.

## m) Demais ativos e passivos

São registrados pelo regime de competência, apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas, até a data do balanço. Os demais passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas.

## n) Provisões

São reconhecidas quando a cooperativa tem uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para saldar uma obrigação legal. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

## o) Provisões para demandas judiciais e Passivos contingentes

São reconhecidos contabilmente quando, com base na opinião de assessores jurídicos, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, gerando uma provável saída no futuro de recursos para liquidação das ações, e quando os montantes envolvidos forem mensurados com suficiente segurança. As ações com chance de perda possível são apenas divulgadas em nota explicativa às demonstrações contábeis e as ações com chance remota de perda não são divulgadas.

## p) Obrigações legais

São aquelas que decorrem de um contrato por meio de termos explícitos ou implícitos, de uma lei ou outro instrumento fundamentado em lei, aos quais a Cooperativa tem por diretriz.

## q) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro tem incidência sobre os atos não cooperativos, situação prevista no caput do Art. 194 do Decreto 9.580/2018 (RIR2018). Entretanto, o resultado apurado em operações realizadas com cooperados não tem incidência de tributação, sendo essa expressamente prevista no caput do art. 193 do mesmo Decreto.

## r) Segregação em circulante e não circulante

Os valores realizáveis e exigíveis com prazos inferiores a 360 dias estão classificados no circulante, e os prazos superiores, no longo prazo (não circulante).

## s) Valor recuperável de ativos – *impairment*

A redução do valor recuperável dos ativos não financeiros (*impairment*) é reconhecida como perda, quando o valor de contabilização de um ativo, exceto outros valores e bens, for maior do que o seu valor recuperável ou de realização. As perdas por *impairment*, quando aplicável, são registradas no resultado do período em que foram identificadas.

Em **31 de dezembro de 2019** não existem indícios da necessidade de redução do valor recuperável dos ativos não financeiros.

## t) Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis; e
- Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.

Não houve qualquer evento subsequente para as demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2019.

## 4. Caixa e equivalente de caixa

O caixa e os equivalentes de caixa, apresentados na demonstração dos fluxos de caixa, estão constituídos por:

## NOTAS EXPLICATIVAS

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Caixa e depósitos bancários	371.522,58	292.826,43
<b>TOTAL</b>	<b>371.522,58</b>	<b>292.826,43</b>

### 5. Relações interfinanceiras

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, as aplicações interfinanceiras de liquidez estavam assim compostas:

Descrição	31/12/2019		31/12/2018	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Centralização Financeira - Cooperativas	73.653.109,89	0,00	60.577.119,43	0,00
<b>TOTAL</b>	<b>73.653.109,89</b>	<b>0,00</b>	<b>60.577.119,43</b>	<b>0,00</b>

Referem-se à centralização financeira das disponibilidades líquidas da Cooperativa, depositadas junto ao SICOOB CENTRAL CECREMGE conforme determinado na Resolução CMN nº 4.434/2015.

### 6. Operações de crédito

a) Composição da carteira de crédito por modalidade:

Descrição	31/12/2019			31/12/2018
	Circulante	Não Circulante	Total	
Empréstimos e Títulos Descontados	17.734.539,04	59.233.127,83	<b>76.967.666,87</b>	74.179.379,37
<b>Total de Operações de Crédito</b>	<b>17.734.539,04</b>	<b>59.233.127,83</b>	<b>76.967.666,87</b>	<b>74.179.379,37</b>
(-) Provisões para Operações de Crédito	(168.234,68)	(480.911,99)	<b>(649.146,67)</b>	(631.232,69)
<b>TOTAL</b>	<b>17.566.304,36</b>	<b>58.752.215,84</b>	<b>76.318.520,20</b>	<b>73.548.146,68</b>

b) Composição por tipo de operação, e classificação por nível de risco de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999:

Nível / Percentual de Risco / Situação	Empréstimo / TD	A.D / Cheque Especial / Conta Garantida	Total em 31/12/2019	Provisões 31/12/2019	Total em 31/12/2018	Provisões 31/12/2018
AA - Normal	3.101.413,32	0,00	3.101.413,32		4.634.403,81	
A 0,5% Normal	67.238.210,12	149.800,84	67.388.010,96	(336.940,05)	58.944.277,97	(294.721,39)
B 1% Normal	3.725.338,11	351.599,64	4.076.937,75	(40.769,38)	7.284.436,86	(72.844,37)
B 1% Vencidas	78.385,17	0,00	78.385,17	(783,85)	127.644,93	(1.276,45)
C 3% Normal	1.256.892,25	286.866,34	1.543.758,59	(46.312,76)	2.320.857,47	(69.625,72)
C 3% Vencidas	130.064,86	1.646,29	131.711,15	(3.951,33)	63.275,03	(1.898,25)
D 10% Normal	155.594,83	26.483,37	182.078,20	(18.207,82)	570.656,69	(57.065,67)
D 10% Vencidas	175.049,83	16.657,35	191.707,18	(19.170,72)	5.677,93	(567,79)
E 30% Normal	29.123,41	15.003,98	44.127,39	(13.238,22)	53.465,21	(16.039,56)
E 30% Vencidas	57.588,52	0,00	57.588,52	(17.276,56)	60.625,95	(18.187,79)
F 50% Normal	0,00	10.939,04	10.939,04	(5.469,52)	12.297,12	(6.148,56)
F 50% Vencidas	22.100,00	0,00	22.100,00	(11.050,00)	0,00	0,00
G 70% Normal	6.304,29	0,00	6.304,29	(4.413,00)	7.014,36	(4.910,05)
G 70% Vencidas	3.472,15	0,00	3.472,15	(2.430,51)	22.182,05	(15.527,82)
H 100% Normal	82.793,43	363,28	83.156,71	(83.156,71)	7.912,97	(7.912,97)
H 100% Vencidas	45.976,45	0,00	45.976,45	(45.976,24)	64.506,30	(64.506,30)
<b>Total Normal</b>	<b>75.595.669,76</b>	<b>841.056,49</b>	<b>76.436.726,25</b>	<b>(548.507,46)</b>	<b>73.835.322,46</b>	<b>(529.268,29)</b>
<b>Total Vencidos</b>	<b>512.636,98</b>	<b>18.303,64</b>	<b>530.940,62</b>	<b>(100.639,21)</b>	<b>343.912,19</b>	<b>(101.964,40)</b>
<b>Total Geral</b>	<b>76.108.306,74</b>	<b>859.360,13</b>	<b>76.967.666,87</b>	<b>(649.146,67)</b>	<b>74.179.234,65</b>	<b>(631.232,69)</b>
<b>Provisões</b>	<b>(621.578,22)</b>	<b>(27.568,45)</b>	<b>(649.146,67)</b>		<b>(631.232,69)</b>	
<b>Total Líquido</b>	<b>75.486.728,52</b>	<b>831.791,68</b>	<b>76.318.520,20</b>		<b>73.548.001,96</b>	

c) Composição da carteira de crédito por faixa de vencimento:

Tipo	Até 90	De 91 a 360	Acima de 360	Total
Empréstimos e Títulos Descontados	5.749.378,99	11.985.160,05	59.233.127,83	76.967.666,87
<b>TOTAL</b>	<b>5.749.378,99</b>	<b>11.985.160,05</b>	<b>59.233.127,83</b>	<b>76.967.666,87</b>

d) Composição da carteira de crédito por tipo de produto, cliente e atividade econômica:

Descrição	Empréstimos/TD	Financiamento	31/12/2019	% da Carteira
Setor Privado - Serviços	204.624,30	27.590,88	232.215,18	0%
Pessoa Física	654.735,83	76.080.715,86	76.735.451,69	100%
<b>TOTAL</b>	<b>859.360,13</b>	<b>76.108.306,74</b>	<b>76.967.666,87</b>	<b>100%</b>

e) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa de operações de crédito:

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Saldo inicial	-631.232,69	-503.698,90
Constituições / Reversões	-154.318,66	-217.191,50
Transferência para prejuízo	136.404,68	89.657,71
<b>TOTAL</b>	<b>-649.146,67</b>	<b>-631.232,69</b>

f) Concentração dos Principais Devedores:

Descrição	31/12/2019	% Carteira Total	31/12/2018	% Carteira Total
Maior Devedor	353.573,16	0,46%	306.497,63	0,00%
10 Maiores Devedores	2.825.115,37	3,67%	2.369.288,53	3,00%

## NOTAS EXPLICATIVAS

g) Movimentação de Créditos Baixados Como Prejuízo:

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Saldo inicial	774.026,04	725.893,33
Valor das operações transferidas no período	136.404,68	89.657,71
Valor das operações recuperadas no período	-83.045,43	-41.525,00
<b>TOTAL</b>	<b>827.385,29</b>	<b>774.026,04</b>

### 7. Outros créditos

Valores referentes às importâncias devidas a Cooperativa por pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas no país, conforme demonstrado:

Modalidade	31/12/2019	31/12/2018
Rendas a Receber (a)	274.227,88	296.371,87
Devedores por depósitos em garantia (b)	2.468.284,74	2.254.938,53
Diversos (c)	388.387,90	95.095,10
<b>TOTAL</b>	<b>3.130.900,52</b>	<b>2.646.405,50</b>

Em Rendas a Receber estão registrados os serviços prestados a receber (R\$3.724,98) e centralização financeira R\$ (270.502,90) que totalizam o montante de (R\$274.227,88).

- b) Em provisão para passivos contingentes estão registrados depósitos Judiciais, PIS (R\$353.547,09), COFINS (R\$1.482.220,42), PIS s/ folha (R\$180.618,53), Cíveis (R\$29.407,56) e Outras Contingências Ação Trabalhista, Tributos Federais, ITBI complementar e outros (R\$422.491,14) que totalizam o montante de (R\$2.468.284,74).
- c) Em Diversos estão registrados Adiantamentos e antecipações salariais (R\$23.289,25), Adiantamentos para pagamentos de nossa conta (R\$6.979,76), Impostos e contribuições a compensar (R\$314.103,89), Títulos e créditos a receber (R\$618,30), Devedores diversos (R\$43.396,70) que totalizam o montante de (R\$388.387,90).

### 8. Outros valores e bens

Descrição	31/12/2019		31/12/2018	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Material em Estoque	392,00	0,00	203,00	0,00
Despesas Antecipadas (a)	44.670,90	0,00	45.013,09	0,00
<b>TOTAL</b>	<b>45.062,90</b>	<b>0,00</b>	<b>45.216,09</b>	<b>0,00</b>

(a) Registram-se no grupo, as despesas antecipadas, referentes a Seguros, contribuição cooperativista, IPTU, assinaturas.

### 9. Investimentos

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, os investimentos estão assim compostos:

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Participações em cooperativa central de crédito	5.608.839,12	4.836.445,88
Participações inst financ controlada coop crédito	555.562,08	489.282,77
<b>TOTAL</b>	<b>6.164.401,20</b>	<b>5.325.728,65</b>

### 10. Imobilizado de uso

Demonstrado pelo custo de aquisição, menos depreciação acumulada. As depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas determinadas pelo prazo de vida útil estimado conforme abaixo:

Descrição	Taxa Depreciação	31/12/2019	31/12/2018
Imobilizado em Curso		0,00	32.391,79
Terrenos		1.006.800,00	1.109.120,00
Edificações	1,3%	5.847.444,85	6.142.232,00
(-) Depreciação Acum. Imóveis de Uso – Edificações		(564.153,13)	(650.871,20)
Instalações	10%	1.256.643,01	1.249.701,33
(-) Depreciação Acumulada de Instalações		(422.507,42)	(308.576,65)
Móveis e equipamentos de Uso	10%	808.650,40	900.326,65
(-) Depreciação Acum. Móveis e Equipamentos de Uso		(276.872,66)	(298.681,82)
Sistema de Comunicação	20%	14.928,25	21.059,35
Sistema de Processamento de Dados	20%	596.600,83	577.312,84
Sistema de Segurança	10%	93.016,47	86.665,52
(-) Depreciação Acum. Outras Imobilizações de Uso		(471.767,19)	(402.985,99)
<b>TOTAL</b>		<b>7.888.783,41</b>	<b>8.457.693,82</b>

### 11. Depósitos

É composto de valores cuja disponibilidade é imediata aos associados, denominado de depósitos a vista, portanto sem prazo determinado para movimentá-lo, ficando a critério do portador dos recursos fazê-lo conforme sua necessidade.

É composto também por valores pactuados para disponibilidade em prazos pré-estabelecidos, denominados depósitos a prazo, os quais recebem atualizações por encargos financeiros remuneratórios conforme a sua contratação em pós ou pré-fixada. Suas remunerações pós fixadas são calculadas com base no critério de "Pro rata temporis"; já as remunerações pré-fixadas são calculadas e registradas pelo valor futuro, com base no prazo final das operações, ajustadas, na data do demonstrativo contábil, pelas despesas a apropriar, registradas em conta redutora de depósitos a prazo.

Descrição	31/12/2019	Taxa média (% a.m.)	31/12/2018	Taxa média (% a.m.)
Depósito à Vista	12.029.898,62		7.113.782,43	
Depósito a Prazo	88.226.836,23	0,38	82.763.139,70	0,52
<b>TOTAL</b>	<b>100.256.734,85</b>		<b>89.876.922,13</b>	

a) Concentração dos principais depositantes:

Descrição	31/12/2019	% Carteira Total	31/12/2018	% Carteira Total
Maior Depositante	9.207.468,68	9,18%	7.017.428,19	8,00%
10 Maiores Depositantes	22.145.910,97	22,00%	20.351.148,62	23,00%
50 Maiores Depositantes	41.008.294,05	42,00%	38.575.672,04	44,00%

# NOTAS EXPLICATIVAS

b) Despesas com operações de captação de mercado:

Descrição	2019	2018
Despesas de Depósitos a Prazo	(5.011.391,61)	(5.951.421,18)
Despesas de Contribuição ao Fundo Garantidor de Créditos	(141.456,35)	(123.104,45)
<b>TOTAL</b>	<b>(5.152.847,96)</b>	<b>(6.074.525,63)</b>

## 12. Outras Obrigações

### 12.1 Sociais e Estatutárias

Descrição	31/12/2019		31/12/2018	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Dividendos e Bonificações a Pagar	8.441,51	0,00	8.797,89	0,00
FATES – Atos cooperativos (a)	-	285.826,75	-	315.069,10
FATES – Atos não cooperativos (a)	-	1.261.935,90	-	435.604,06
Cotas de Capital a Pagar (b)	1.465.181,62	0,00	850.799,67	0,00
<b>TOTAL</b>	<b>1.473.623,13</b>	<b>1.547.762,65</b>	<b>859.597,56</b>	<b>750.673,16</b>

(a) O FATES é destinado às atividades educacionais, à prestação de assistência aos cooperados, seus familiares e empregados da cooperativa, sendo constituído pelo resultado dos atos não cooperativos e 5% das sobras líquidas do ato cooperativo, conforme determinação estatutária. A classificação desses valores em contas passivas segue determinação do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF. Atendendo à instrução do BACEN, por meio da Carta Circular nº 3.224/2006, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971.

(b) Refere-se às cotas de capital a devolver de associados desligados.

### 12.2 Fiscais e Previdenciárias

As obrigações fiscais e previdenciárias, classificadas no passivo na conta de Outras Obrigações estão assim compostas:

Descrição	31/12/2019		31/12/2018	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Impostos e Contribuições a recolher	209.102,80	0,00	183.429,87	0,00
<b>TOTAL</b>	<b>209.102,80</b>	<b>0,00</b>	<b>183.429,87</b>	<b>0,00</b>

### 12.3 Outras contas passivas

Descrição	31/12/2019		31/12/2018	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Obrigações por Prestação de Serviços de Pagamento (a)	41.267,13	-	20.882,05	-
Provisão para Pagamentos a Efetuar (b)	726.192,00	-	367.059,60	-
Provisão para Passivos Contingentes (c)	-	2.488.244,74	-	2.254.938,53
Provisão para Garantias Financeiras Prestadas (d)	112.940,84	-	60.597,17	-
Credores Diversos – País (e)	126.449,43	-	381.400,48	-
Cheques Administrativos	10,19	-	0,00	-
<b>TOTAL</b>	<b>1.006.859,59</b>	<b>2.488.244,74</b>	<b>829.939,30</b>	<b>2.254.938,53</b>

(a) Referem-se à conta salário dos associados.

(b) Refere-se às provisões da folha de pagamento e provisões de contas a pagar.

(c) Em provisão para passivos contingentes estão registrados depósitos Judiciais, PIS (R\$353.547,09), COFINS (R\$1.482.220,42), PIS s/ folha (R\$180.618,53), Civeis (R\$49.367,56) e Outras Contingências Ação Trabalhista, Tributos Federais, ITBI complementar e outros (R\$422.491,14) que totalizam o montante de (R\$2.488.244,74).

(d) Referem-se a garantias financeiras prestadas.

(e) Em credores diversos estão registrados Pendências a regularizar (R\$20.134,29), Diferença de caixa (R\$10,19), Pagamentos a processar (R\$640,76), Pendências a regularizar Bancoob (R\$366,00), Créditos de Terceiros (R\$105.298,10) e transitória portabilidade de crédito (R\$0,09).

## 13. Instrumentos financeiros

O SICOOB COOPJUS opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, relações interfinanceiras, operações de crédito, depósitos à vista e a prazo, empréstimos e repasses.

Os instrumentos financeiros ativos e passivos estão registrados no balanço patrimonial a valores contábeis, os quais se aproximam dos valores justos.

Nos exercícios findos em **31 de dezembro de 2019 e 2018**, a cooperativa não realizou operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos.

## 14. Patrimônio líquido

### a) Capital Social

O capital social é representado por cotas-partes no valor nominal de R\$ 1,00 cada e integralizado por seus cooperados. De acordo com o Estatuto Social cada cooperado tem direito em a um voto, independentemente do número de suas cotas-partes.

No exercício de **2019**, a Cooperativa aumentou seu capital social no montante de **R\$2.397.822,06** onde R\$1.253.926,75 foram integralizações oriundas das sobras do exercício anterior, devolução de R\$820.533,62 decorrentes dos saldos líquidos das integralizações e devoluções das capitalizações efetuadas pelos associados neste mesmo período, além da Integralização de Juros ao Capital Próprio no valor de R\$1.964.428,93, líquido de Imposto de Renda e referente ao exercício de 2019.

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Capital Social	35.869.465,07	33.471.643,01
Associados	4.069	3.814

### b) Fundo de Reserva

Representada pelas destinações estatutárias das sobras, no percentual de 10%, utilizada para reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas Atividades.

# NOTAS EXPLICATIVAS

## c) Sobras Acumuladas

As sobras são distribuídas e apropriadas conforme Estatuto Social, normas do Banco Central do Brasil e posterior deliberação da Assembleia Geral Ordinária (AGO). Atendendo à instrução do BACEN, por meio da Carta Circular nº 3.224/2006, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971.

Em Assembleia Geral Ordinária, realizada em 25/04/2019, os cooperados deliberaram pelo aumento do capital social com sobra do exercício findo em **31 de dezembro de 2018**, no valor de R\$2.541.409,22 da seguinte forma: reversão ao fundo de reserva em R\$1.005.000,00, aumento do fundo de expansão em R\$76.409,22, complemento ao fundo de reserva R\$200.000,00 e R\$1.260.000,00 destinados ao rateio entre os associados de forma proporcional às operações realizadas com a Cooperativa.

## d) Destinações estatutárias e legais

A sobra líquida do exercício terá a seguinte destinação:

Descrição	2019	2018
Sobra líquida do exercício	4.317.862,00	1.984.889,77
Lucro líquido decorrente de atos não-cooperativos apropriado ao FATES	-826.331,84	-177.349,51
<b>Sobra líquida, base de cálculo das destinações</b>	<b>3.491.530,16</b>	<b>1.807.540,26</b>
Reserva legal - 10%	-349.153,02	-180.754,03
Fundo de assistência técnica, educacional e social - 5%	-174.576,51	-90.377,01
Reversão de reservas	76.409,22	1.005.000,00
<b>Sobra à disposição da Assembleia Geral</b>	<b>3.044.209,85</b>	<b>2.541.409,22</b>

## 15. Resultado de atos não cooperativos

O resultado de atos não cooperativos tem a seguinte composição:

Descrição	2019	2018
Receita de prestação de serviços	781.838,90	458.261,51
Despesas específicas de atos não cooperativos	-194.374,62	-92.345,30
Despesas apropriadas na proporção das receitas de atos não cooperativos	-297.802,40	-191.596,21
<b>Resultado operacional</b>	<b>289.661,88</b>	<b>174.320,00</b>
Receitas (despesas) não operacionais, líquidas	536.669,96	18.133,89
<b>Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social</b>	<b>826.331,84</b>	<b>192.453,89</b>
Imposto de Renda e Contribuição Social	0,00	-13.587,33
Receitas de comissão de faturamento e antecipação de recebíveis	0,00	1.517,05
<b>Resultado de atos não cooperativos (lucro líquido)</b>	<b>826.331,84</b>	<b>177.349,51</b>

## 16. Provisão de Juros ao Capital

A Cooperativa pagou juros ao capital próprio visando remunerar o capital do associado. Os critérios para a provisão obedeceram à Lei Complementar 130, artigo 7º, de 17 de abril de 2009. A remuneração foi limitada ao valor da taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – SELIC. A referida provisão foi demonstrada na Demonstração de Sobras ou Perdas – DSP e na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido – DMPL, conforme Circular BACEN nº 4.706/2018.

## 17. Receitas de operações de crédito

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Rendas de Adiantamentos a Depositantes	3.806,79	3.906,98
Rendas de Empréstimos	14.336.487,04	12.820.939,72
Recuperação de créditos baixados como prejuízo	373.968,11	243.314,15
<b>TOTAL</b>	<b>14.714.261,94</b>	<b>13.068.160,85</b>

## 18. Despesas de intermediação financeira

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Despesas De Captação	-5.152.847,96	-6.074.525,63
Provisões para Operações de Crédito	-154.173,94	-217.191,50
<b>TOTAL</b>	<b>-5.307.021,90</b>	<b>-6.291.717,13</b>

## 19. Receitas de prestação de serviços

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Rendas de Cobrança	28.609,20	7.745,30
Rendas de Outros Serviços	781.838,90	456.744,46
<b>TOTAL</b>	<b>810.448,10</b>	<b>464.489,76</b>

## 20. Despesas de pessoal

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Despesas de Honorários - Conselho Fiscal	(127.500,00)	(152.000,00)
Despesas de Honorários - Diretoria e Conselho de Administração	(528.845,94)	(425.260,93)
Despesas de Pessoal – Benefícios	(576.407,55)	(506.000,22)
Despesas de Pessoal - Encargos Sociais	(980.313,29)	(951.541,10)
Despesas de Pessoal – Proventos	(2.435.101,74)	(2.257.535,83)
Despesas de Pessoal – Treinamento	(3.063,20)	(21.304,37)
Despesas de Remuneração de Estagiários	(34,92)	0,00
<b>TOTAL</b>	<b>(4.651.266,64)</b>	<b>(4.313.642,45)</b>

# NOTAS EXPLICATIVAS

## 21. Outros dispêndios administrativos

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Despesas de Água, Energia e Gás	(49.671,21)	(42.384,56)
Despesas de Aluguéis	(263.400,38)	(246.130,94)
Despesas de Comunicações	(251.740,00)	(314.217,09)
Despesas de Manutenção e Conservação de Bens	(5.327,70)	(12.936,05)
Despesas de Material	(35.602,84)	(36.059,06)
Despesas de Processamento de Dados	(32.915,22)	(36.267,56)
Despesas de Promoções e Relações Públicas	(7.621,07)	(10.237,66)
Despesas de Propaganda e Publicidade	0,00	(84.714,75)
Despesas de Publicações	(30,00)	0,00
Despesas de Seguros	(48.872,43)	(34.756,91)
Despesas de Serviços do Sistema Financeiro	(882.238,19)	(557.192,95)
Despesas de Serviços de Terceiros	(202.122,55)	(202.501,21)
Despesas de Serviços de Vigilância e Segurança	(206.408,73)	(131.400,73)
Despesas de Serviços Técnicos Especializados	(358.692,47)	(362.273,96)
Despesas de Transporte	(79.903,97)	(96.458,58)
Despesas de Amortização	(124.793,87)	(49.078,81)
Despesas de Depreciação	(314.528,06)	(306.160,39)
Despesas Tributárias	(69.548,48)	(72.788,01)
Outras Despesas Administrativas	(918.437,83)	(759.456,39)
<b>TOTAL</b>	<b>(3.782.306,52)</b>	<b>(3.355.015,61)</b>

## 22. Outras receitas operacionais

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Recuperação de despesas – Portabilidade RCO	98.208,15	29.112,90
Outras recuperações de despesas	133.508,24	47.350,06
Reversão Provisão para garantias prestadas	67.680,53	2.080,02
Rendas de juros – Cartão de crédito	360.746,44	256.604,59
Rendas multas por atraso – Cartão de crédito	32.037,69	28.409,26
Deduções e abatimentos	352,31	-
Distribuição de sobras da Central e Confederação	185.008,75	50.531,35
Credito receita SIPAG	-	1.517,05
Outras rendas	-	186.159,16
<b>TOTAL</b>	<b>877.542,11</b>	<b>601.764,39</b>

## 23. Outras despesas operacionais

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Provisão para garantias prestadas	-120.024,20	-25.192,40
Isenção de juros – Cheque especial Plus	-29.192,54	-15.141,96
Isenção de juros – Conta garantida Plus	-45,10	-
Custos com portabilidade – RCO	-31.342,82	-8.226,59
Desc. Conc. Operações de crédito	-252.089,88	-257.647,32
Perdas Cartão de crédito	-	-44.594,73
Multa e Juros diversos	-233,83	-1.064,97
Tarifa recebimento Convênio INSS	-18,97	-10,65
Tarifas consultas/saques CIRRUS CABAL	-249,40	-250,70
Cancelamento – Tarifas pendentes	-310,00	-220,00
Mensagens SMS – Cartões	-1.966,80	-2.869,90
Outras despesas operacionais	-5.029,72	-8.559,11
Estorno rendas Oper. Crédito - RPL	-7.364,53	-12.164,90
Contrib. ao fundo Tecnologia Informação	-45.869,67	-2.832,78
Contrib. ao fundo estabilidade e liquidez	-	-123.015,32
Outras Contribuições	-	-252,43
<b>TOTAL</b>	<b>(493.737,46)</b>	<b>(502.043,76)</b>

## 24. Resultado não operacional

Descrição	2019	2018
Ganhos de Capital	613.099,55	12.312,54
Ganhos de Aluguéis	4.702,02	6.356,36
(-) Perdas de Capital	(81.131,61)	(535,01)
<b>Resultado Líquido</b>	<b>536.669,96</b>	<b>18.133,89</b>

## 25. Partes Relacionadas

As partes relacionadas existentes são as pessoas físicas que têm autoridade e responsabilidade de planejar, dirigir e controlar as atividades da cooperativa e membros próximos da família de tais pessoas.

As operações são realizadas no contexto das atividades operacionais da Cooperativa e de suas atribuições estabelecidas em regulamentação específica.

As operações com tais partes relacionadas não são relevantes no contexto global das operações da cooperativa, e caracterizam-se basicamente por transações financeiras em regime normal de operações, com observância irrestrita das limitações impostas pelas normas do Banco Central, tais como movimentação de contas correntes, aplicações e resgates de RDC e operações de crédito.

As garantias oferecidas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária.

## NOTAS EXPLICATIVAS

a) Montante das operações ativas e passivas no exercício de 2019:

Montante das Operações Ativas	Valores	% em Relação à Carteira Total	Provisão de Risco
P.R. – Vínculo de Grupo Econômico	804,02	0,0019%	1,00
P.R. – Sem vínculo de Grupo Econômico	260.491,35	0,6146%	86,53
<b>TOTAL</b>	<b>261.295,37</b>	<b>0,6164%</b>	<b>87,53</b>
<b>Montante das Operações Passivas</b>	<b>4.953.713,64</b>	<b>9,3912%</b>	

b) Operações ativas e passivas – saldo em 2019:

Natureza da Operação de Crédito	Valor da Operação de Crédito	PCLD (Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa)	% da Operação de Crédito em Relação à Carteira Total
Cheque Especial	294,44	1,47	0,0450%
Conta Garantida	187.113,83	1.871,14	91,4426%
Empréstimo	314.992,74	631,96	0,4139%

Natureza dos Depósitos	Valor do Depósito	% em Relação à Carteira Total	Taxa Média - %
Depósitos a Vista	2.449.707,06	20,3925%	0%
Depósitos a Prazo	13.718.105,89	15,5487%	0,4136%

c) Foram realizadas transações com partes relacionadas, na forma de: depósito a prazo, cheque especial, conta garantida, cheques descontados, empréstimos, dentre outras, à taxa/remuneração relacionada no quadro abaixo, por modalidade:

Natureza das Operações Ativas e Passivas	Taxas Média Aplicadas em Relação às Partes Relacionadas a.m.
Empréstimos	1,3810%
Aplicação Financeira - Pré Fixada	0,4522%
Aplicação Financeira - Pós Fixada	97,4283%

(\*) Conforme Política de Crédito do Sistema Sicoob, as operações realizadas com membros de órgãos estatutários e pessoas ligadas a estes são aprovadas em âmbito do conselho da administração ou, quando delegada formalmente, pela diretoria executiva, bem como são alvo de acompanhamento especial pela administração da cooperativa. As taxas aplicadas seguem o normativo vigente à época da concessão da operação.

PERCENTUAL EM RELAÇÃO À CARTEIRA GERAL MOVIMENTAÇÃO NO EXERCÍCIO DE 2019	
Empréstimos e Financiamentos	0,6139%
Aplicações Financeiras	9,3912%

d) As garantias oferecidas pelas partes relacionadas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária.

Natureza da Operação de Crédito	Garantias Prestadas
Conta Corrente	187.113,83

e) As obrigações prestadas pela Cooperativa a partes relacionadas foram as seguintes:

2019	2018
242.391,89	243.131,75

f) No exercício de 2019 os benefícios monetários destinados às partes relacionadas foram representados por honorários e custeio parcial de plano de saúde, apresentando-se da seguinte forma:

BENEFÍCIOS MONETÁRIOS NO EXERCÍCIO DE 2019 (R\$)	
Honorários - Conselho Fiscal	(127.500,00)
Honorários - Diretoria e Conselho de Administração	(528.845,94)
Total	(656.345,94)

### 26. Cooperativa Central

A COOPERATIVA DE CRÉDITO DOS INTEGRANTES DO PODER JUDICIÁRIO E DAS INSTITUIÇÕES JURÍDICAS DA UNIÃO EM MINAS GERAIS LTDA - SICOOB COOPJUS, em conjunto com outras cooperativas singulares, é filiada à CCE CRÉD EST MG LTDA. - SICOOB CENTRAL CECREMGE, que representa o grupo formado por suas afiliadas perante as autoridades monetárias, organismos governamentais e entidades privadas.

O SICOOB CENTRAL CECREMGE, é uma sociedade cooperativista que tem por objetivo a organização em comum em maior escala dos serviços econômico-financeiros e assistenciais de suas filiadas (cooperativas singulares), integrando e orientando suas atividades, de forma autônoma e independente, através dos instrumentos previstos na legislação pertinente e normas exaradas pelo Banco Central do Brasil, bem como facilitando a utilização recíproca dos serviços, para consecução de seus objetivos.

Para assegurar a consecução de seus objetivos, cabe ao SICOOB CENTRAL CECREMGE a coordenação das atividades de suas filiadas, a difusão e fomento do cooperativismo de crédito, a orientação e aplicação dos recursos captados, a implantação e implementação de controles internos voltados para os sistemas que acompanhem informações econômico-financeiras, operacionais e gerenciais, entre outras.

O SICOOB COOPJUS responde solidariamente pelas obrigações contraídas pelo SICOOB CENTRAL CECREMGE perante terceiros, até o limite do valor das cotas-partes do capital que subscrever, proporcionalmente à sua participação nessas operações.

Saldo das transações da Cooperativa com a SICOOB CENTRAL CECREMGE:

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Centralização Financeira	73.653.109,89	60.577.119,43
Participações em cooperativa central de crédito	5.608.839,12	4.836.445,88

# NOTAS EXPLICATIVAS

## 27. Gerenciamento de Risco

A gestão integrada de riscos e de capital no âmbito das cooperativas do Sicoob é realizada de forma centralizada pelo Sicoob Confederação, abrangendo, no mínimo, os riscos de crédito, mercado, liquidez, operacional, socioambiental, continuidade de negócios e de gerenciamento de capital.

A política institucional de gestão integrada de riscos e de capital, bem como as diretrizes de gerenciamento dos riscos e de capital são aprovados pelo Conselho de Administração do Sicoob Confederação.

A estrutura centralizada de gerenciamento de riscos e de capital é compatível com a natureza das operações e à complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição aos riscos das entidades do Sicoob.

Em cumprimento à Resolução CMN 4.557/2017, encontra-se disponível no sítio do Sicoob ([www.sicoob.com.br](http://www.sicoob.com.br)) relatório descritivo da estrutura de gerenciamento de riscos e da estrutura de gerenciamento de capital.

### 27.1 Risco operacional

O processo de gerenciamento do risco operacional consiste na avaliação qualitativa dos riscos por meio das etapas de identificação, avaliação, tratamento, documentação e armazenamento de informações de perdas operacionais e de recuperação de perdas operacionais, testes de avaliação dos sistemas de controle, comunicação e informação.

Os resultados desse processo são apresentados à Diretoria Executiva e ao Conselho de Administração.

A metodologia de alocação de capital, para fins do Acordo de Basileia II, utilizada para determinação da parcela de risco operacional (RWAopad) é a Abordagem do Indicador Básico (BIA).

### 27.2 Risco de Mercado e de Liquidez

O gerenciamento do risco de mercado é o processo que visa quantificar a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pelas cooperativas, e inclui o risco da variação das taxas de juros e dos preços de ações, para os instrumentos classificados na carteira de negociação (trading) e o risco da variação cambial e dos preços de mercadorias (commodities), para os instrumentos classificados na carteira de negociação ou na carteira bancária (banking).

O processo de gerenciamento do risco de liquidez lida com a possibilidade de a cooperativa não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas.

No processo de gerenciamento do risco de mercado e da liquidez das cooperativas são realizados os seguintes procedimentos:

- utilização do VaR – Value at Risk para mensurar o risco de mercado das cooperativas;
- análise de descasamentos entre ativos e passivos para avaliação de impacto na margem financeira das cooperativas;
- definição de limite máximo para a exposição a risco de mercado;

d) realização periódica de backtest do VaR das carteiras das cooperativas e dos modelos de cálculo de risco de mercado;

e) definição de limite mínimo de liquidez para as cooperativas;

f) projeção do fluxo de caixa das cooperativas para 90 (noventa) dias;

g) diferentes cenários de simulação de perda em situações de stress.

### 27.3 Gerenciamento de Capital

O gerenciamento de capital é o processo contínuo de monitoramento e controle do capital, mantido pela cooperativa para fazer face aos riscos a que está exposta, visando atingir os objetivos estratégicos estabelecidos.

### 27.4 Risco de Crédito e Risco Socioambiental

O gerenciamento de risco de crédito objetiva garantir a aderência às normas vigentes, maximizar o uso do capital e minimizar os riscos envolvidos nos negócios de crédito por meio das boas práticas de gestão de riscos.

O gerenciamento do risco socioambiental consiste na identificação, classificação, avaliação e no tratamento dos riscos com possibilidade de ocorrência de perdas decorrentes de danos socioambientais.

Compete ao gestor centralizado (Sicoob Confederação) a padronização de processos, de metodologias de análises de risco de clientes e de operações, da criação e de manutenção de política única de risco de crédito e socioambiental para o Sicoob, além do monitoramento das carteiras de crédito das cooperativas.

### 27.5 Gestão de Continuidade de Negócios

A Gestão de Continuidade de Negócios (GCN) é um processo abrangente de gestão que identifica ameaças potenciais de descontinuidade das operações de negócios para a organização e possíveis impactos, caso essas ameaças se concretizem.

O Sicoob Confederação realiza Análise de Impacto (AIN) para identificar processos críticos sistêmicos, com objetivo de definir estratégias para continuidade desses processos e, assim, resguardar o negócio de interrupções prolongadas que possam ameaçar sua continuidade. O resultado da AIN é baseado nos impactos financeiro, legal e de imagem.

São elaborados, anualmente, Planos de Continuidade de Negócios (PCN) contendo os principais procedimentos a serem executados para manter as atividades em funcionamento em momentos de contingência. Os Planos de Continuidade de Negócios são classificados em: Plano de Continuidade Operacional (PCO) e Plano de Recuperação de Desastre (PRD).

Visando garantir sua efetividade, são realizados anualmente testes nos Planos de Continuidade de Negócios (PCN).

## 28. Seguros contratados

A Cooperativa adota política de contratar seguros de diversas modalidades, cuja cobertura é considerada suficiente pela Administração e agentes seguradores para fazer face à ocorrência de sinistros.

## NOTAS EXPLICATIVAS

### 29. Índice de Basileia

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, o valor do Patrimônio de Referência (PR), apurado nos termos da Resolução CMN nº. 4.192, de 01/03/2013, compatível com os riscos de suas atividades.

### 30. Provisão para demandas judiciais

Segundo a assessoria jurídica do **SICOOB COOPJUS**, existem processos judiciais nos quais a cooperativa figura como polo passivo, os quais foram classificados com risco de perda possível, totalizando R\$126.946,13. Essas ações abrangem, basicamente, processos trabalhistas em R\$36.000,00 e tributários em R\$90.946,13.

**Belo Horizonte MG, 04 de fevereiro de 2020.**

Regina Teixeira Miranda Dinelli  
Diretora Presidente

Suzan Kátia Junqueira  
Diretora Administrativa

Fernanda de Oliveira Gonçalves Freitas  
Diretora Financeira

Roberto Rodrigues da Costa  
Coordenador do Conselho Fiscal

Wander Moreira Vilela de Barros Prata  
Contador- CRCMG 048651/0-4



## RELATÓRIO DA AUDITORIA



### RELATÓRIO DE AUDITORIA SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Ao Conselho de Administração, à Administração e aos Cooperados da Cooperativa de Crédito dos Integrantes do Poder Judiciário e das Instituições Jurídicas da União em Minas Gerais Ltda. – SICOOB COOPJUS Belo Horizonte/MG

#### Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Cooperativa de Crédito dos Integrantes do Poder Judiciário e das Instituições Jurídicas da União em Minas Gerais Ltda. – SICOOB COOPJUS, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações de sobras ou perdas, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do SICOOB COOPJUS em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

#### Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor. A administração da cooperativa é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

#### Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

#### Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, inde-

pendentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- > Identificamos e avaliamos o risco de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, e conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- > Obtemos o entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da cooperativa.
- > Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- > Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que possam levantar dúvida significativa em relação a capacidade de continuidade operacional da cooperativa.

Se concluirmos que existe incerteza significativa devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, even-

tos ou condições futuras podem levar a cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.

> Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte/MG, 21 de fevereiro de 2020.

Felipe Rodrigues Beiral Contador CRC MG - 90.766/O-4 CNAI 2.994



## SOMOS COOPERATIVISTAS QUANDO TEMOS INTERESSE PELA COMUNIDADE



# PARECER DO CONSELHO FISCAL



## Parecer do Conselho Fiscal - Referência 2019

Ao Conselho de Administração

Os membros do Conselho Fiscal do Sicoob CoopJus, conforme estabelece o artigo 91, IV, do Estatuto Social, tendo em vista o que se segue:

- O resultado das reuniões mensais de verificação dos relatórios de controle;
- A verificação dos relatórios de auditorias interna e externa;
- O exame dos documentos e conferência dos numerários que suportam as transações realizadas durante o exercício de 2019;
- A manifestação e proposição de medidas julgadas convenientes, oportunas e necessárias;
- A análise dos documentos contábeis que compõem as contas de encerramento do exercício - o Balanço Geral, a Demonstração de Resultado e os demais demonstrativos do exercício de 2019.

Opinam, pelo exposto, que as demonstrações contábeis refletem adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Sicoob CoopJus e são favoráveis à aprovação das contas do exercício de 2019 pela Assembleia Geral Ordinária.

Belo Horizonte, 31 de março de 2020

Ariane Miranda Rabelo Nésio    José Milton dos Santos    Juliano Andrade Maria  
Conselheira Efetiva                    Conselheiro Efetivo                    Conselheiro Efetivo

Cláudia Maria Diniz Couto  
Conselheira Suplente

[www.sicoobcoopjus.com.br](http://www.sicoobcoopjus.com.br)  
Av. Getúlio Vargas, 258, 6º andar, Funcionários  
30112-020 - Belo Horizonte - MG  
Tel: (31)2129-8585

Cooperativa de Crédito dos Integrantes do Poder Judiciário e das Instituições Jurídicas da União em Minas Gerais Ltda - SICOOB COOPJUS - CNPJ: 25.363.615/0001-03

**SOMOS FEITOS  
DE VALORES!**

